



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

VICTOR TARIFA LOPES

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS BRICS
Possibilidades e Dificuldades de Articulação para a Cooperação em
Ciência, Tecnologia e Inovação

Dourados - MS
2013

VICTOR TARIFA LOPES

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS BRICS
Possibilidades e Dificuldades de Articulação para a Cooperação em
Ciência, Tecnologia e Inovação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Mestre Hermes Moreira Júnior

Dourados - MS
2013

RESUMO

O presente estudo buscou apurar aspectos gerais que envolvem a cooperação internacional, mais precisamente a chamada *Cooperação Sul-Sul*, e dentro desse escopo, analisar a política externa brasileira para os BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no que se refere à cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Dessa maneira, trabalha-se em um primeiro momento com um debate teórico sobre o porquê os Estados cooperam, dialogando entre o Realismo e o Liberal-institucionalismo e concluindo-se tratar de uma escolha racional; ainda dentro do primeiro capítulo, o termo BRICS é destrinchado, comprovando a importância desses países no sistema internacional, bem como a evolução da relação “intra-bloco”. A segunda parte trabalha com a Teoria do Desenvolvimento Econômico e com os Sistemas Nacionais de Inovação dos BRICS, realizando um mapeamento das possibilidades de atuação e articulação do Brasil via BRICS no tocante à inovação em ciência e tecnologia, surgindo a hipótese do “Estado-empresário”. Com efeito, chega-se ao último capítulo com a hipótese que surge ao longo da pesquisa e elaboração do trabalho de que estaria o Brasil transitando para uma nova dependência econômica no âmbito internacional, transitando dos Estados Unidos para a China. Conclui-se que, por se tratar de um setor estratégico de um Estado, e por não ser do interesse de países com o desenvolvimento tecnológico mais avançado que a Divisão Internacional do Trabalho mude, não é através dessa estratégia de política externa que deve o Brasil se orientar, devendo revisar sua postura em relação à sua matriz de produção econômica.

ABSTRACT

This study sought to investigate general aspects involving international cooperation, more precisely the called South-South Cooperation, and within this scope, analyze Brazilian foreign policy for the BRICS (acronym for Brazil, Russia, India, China and South Africa) with regard to cooperation in Science, Technology and Innovation. That way, we work in a first moment with a theoretical debate about why states cooperate, dialoguing between realism and liberal institutionalism and concluding it is a rational choice; still in the first chapter, the term BRICS is worked, proving the importance of these countries in the international system, as well as the evolving relationship "intrabloc". The second part works with the Theory of Economic Development and the National Innovation Systems of BRICS, performing a mapping of action possibilities of Brazil through articulation via BRICS in relation to innovation in science and technology, emerging the hypothesis of the "State-entrepreneur". Indeed, we reach the last chapter with the hypothesis that emerges during the research and development of the work that would be the Brazil transiting to a new economic dependence at the international level, moving from the U.S. to China. We conclude that, because it is a strategic sector of a State, and not be of interest to countries with technological development more advanced that the International Division of Labor change is not through this strategy that foreign policy should be guided to Brazil, should review its position in relation to its economic output matrix.

Sumário

Introdução.....	7
1. COOPERAÇÃO SUL-SUL E OS BRICS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
1.1 A Cooperação Sul-Sul	11
1.2 Porque BRICS? Evidencias Da Magnitude De Tais Emergentes.....	13
1.3 Quem são os BRICS?.....	19
1.4 Perspectivas para o futuro	26
2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO REVISITADA: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO DO BRASIL COM OS BRICS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE SEU SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO ..	30
2.1 A Teoria Do Desenvolvimento Econômico Aplicada Ao Brasil: Uma Proposta De Ação Dentro Dos BRICS	30
2.2 Os Sistemas Nacionais De Inovação Dos BRICS: Uma Breve Análise Conceitual e Prática	38
3. A RELAÇÃO BRASIL – CHINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA CONSTRUÇÃO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA PELA TECNOLOGIA CHINESA	49
3.1 Análise Quantitativa do Objeto	49
3.2 Mecanismos de Ação	62
CONCLUSÕES.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dilema do prisioneiro.....	12
Tabela 2: Quadro BRICS.....	17
Tabela 3: População (milhões de habitantes) em 2008.....	22
Tabela 4: Área geográfica (milhões de km ²).....	22
Tabela 5: Taxa média real anual (%) de crescimento do PIB (valores constantes de 2000).....	22
Tabela 6: BRICs: Participação (%) no PIB Mundial, 1990-2008.....	22
Tabela 7: BRICs: Participação (%) no comércio mundial, 1990-2008.....	23
Tabela 8: Perfil e destino das exportações brasileiras (em %)......	54
Tabela 9: Perfil e origens das importações brasileiras (em %)......	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação das Taxas de Exportação.....	15
Gráfico 2: Variação das Taxas de Importação.....	15
Gráfico 3: Variação das Taxas de Crescimento Econômico.....	16
Gráfico 4: Taxa do PIB Nominal (em bilhões de dólares).....	16
Gráfico 5: Taxa de Investimento Externo Direto (em milhões de dólares).....	17
Gráfico 6: Índice de complementaridade de pauta -- 2000-2010.....	24
Gráfico 7: Taxa média de crescimento de exportações de serviços entre 2001 e 2010 para países selecionados (Em %)......	24
Gráfico 8: Participação de países selecionados nas exportações de serviços -- 2000 - 2005 - 2010 (Em %)......	25
Gráfico 9: Participação percentual dos BRICS sobre o Total Geral do Brasil.....	36
Gráfico 10: Participação Percentual sobre o Total Geral do Brasil - Exportação.....	36
Gráfico 11: Participação Percentual sobre o Total Geral do Brasil – Importação.....	37
Gráfico 12: Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto.....	40
Gráfico 13: Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D).....	40
Gráfico 14: Variação percentual dos pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO) entre 2000/2010.....	41

Gráfico 15: Pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO) entre 2000/2010.....	42
Gráfico 16: Exportação do Brasil para os EUA - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 1990.....	51
Gráfico 17: Importação dos EUA para o Brasil - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 1990.....	51
Gráfico 18: Comparativo das exportações do Brasil para a China e para os EUA (em porcentagem sobre o total das exportações brasileiras).....	53
Gráfico 19: Comparativo das importações do Brasil da China e dos EUA (em porcentagem sobre o total das importações brasileiras).....	53
Gráfico 20: Exportação do Brasil para a China - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 2012.....	59
Gráfico 21: Importação da China para o Brasil - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 2012.....	59

INTRODUÇÃO

Com a atual reforma da arquitetura do sistema internacional levando ao debate sobre uma possível constituição de uma nova ordem global corroborada por diversos teóricos e autores das Ciências Humanas em geral, e das Relações Internacionais em específico (Arrighi, 2008; Ikenberry, 2008; Wright, 2008; Pecequillo, 2008; Buzan, 2004), surge a necessidade de uma agenda de pesquisas que visem responder as novas questões levantadas com tal recente realidade, tais como: Quem são os novos atores desse cenário internacional ? Quais suas estratégias de política externa para a inserção internacional? Qual seria a classificação dessa nova ordem: uni, multi ou apolar? Como se observa, os debates são complexos e necessitam de respostas, correspondentes ao presente momento.

Dentro desta perspectiva, parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: é possível o Brasil consolidar seu Sistema Nacional de Inovação através da cooperação multilateral com os BRICS? Assim, coloca-se a hipótese de que, por ser um setor estratégico e sensível para o desenvolvimento econômico de um Estado, considera-se que não é possível tal estratégia. O enfoque na ciência, tecnologia e inovação é dado devido ao poder político, econômico e estratégico que tais áreas possuem atualmente no sistema internacional.

A primeira parte do trabalho busca focar-se em dois pontos principais: em primeiro momento, na chamada cooperação Sul-Sul, adotada aqui como a principal estratégia de inserção internacional e manejo de política e economia internacional das chamadas principais potências e economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China, os BRICs¹ (IPEA, 2010; Noronha, 2010; O'Neil, 2007), explicitando os termos e conceitos relativos ao assunto e buscando uma breve reflexão teórica; em segundo momento, buscar-se-á analisar os desdobramentos dos acordos de cooperação entre o Brasil e os países do BRICS para a economia e sociedade brasileiras através de levantamento de dados sobre inovação tecnológica, investimento externo direto, ampliação das relações comerciais e diversificação da pauta de exportações e importações.

A metodologia utilizada é de revisão bibliográfica de livros e artigos relativos ao tema, além da utilização de fontes primárias, documentos oficiais, acordos de cooperação e análise

¹ Levando-se em conta o recorte temporal dessa primeira parte (1990-2010), não será considerada a África do Sul, acrescentada na III Cúpula dos BRICs realizada no ano de 2011, passando a ser denominado de BRICS. Tal fato não modifica a análise que se dará ao longo de todo o trabalho.

de dados emitidos pelos órgãos competentes - Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Assuntos Estratégicos. O recorte temporal utilizado é do pós-guerra fria até o final do mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (1990-2010), a partir do advento da globalização em que começa a se delinear novos cenários mundiais de crescente presença dos emergentes (Magalhães, 2011) com enfoque especial a partir do ano de 2001, com a criação do acrônimo BRICs (O'Neil, 2001) e do ano de 2006, com a primeira Reunião de Chanceleres de cada membro dos BRICs, onde passam de um agrupamento de nomes para um movimento de articulação política e econômica.

Com o fim da Guerra Fria e início da nova ordem global, pautada na revolução dos meios de comunicação e incremento das relações econômicas e comerciais entre as nações (levando ao que chamamos de interdependência complexa – Keohane & Nye, 1989), constatamos através da observação histórica o surgimento de uma nova realidade internacional regulada não mais na bipolaridade (dicotomia EUA *versus* URSS, capitalismo *versus* socialismo), mas na hegemonia unipolar dos Estados Unidos da América exercida através de instituições internacionais multilaterais reguladoras do sistema internacional (Ikenberry, 2006), a exemplo do FMI, OMC, Banco Mundial, entre outras surgidas nesse contexto da Ordem Financeira Global no marco dos acordos de Bretton Woods². Com a virada do século XXI e o acontecimento de eventos políticos e econômicos históricos como o ataque de 11 de setembro aos EUA e a crise mundial de 2008 (prolongada agora com a crise na União Europeia iniciada em 2011), temos o início de uma nova transição da ordem global, sem uma ruptura paradigmática e brusca do sistema internacional como antes visto na falência do bloco soviético, mas com a emergência de novos polos de poder e grandes economias de mercado (Arrighi, 2008; Ikenberry, 2008; Wright, 2008; Pecequillo, 2008; Buzan, 2004), os quais buscam uma reforma da arquitetura internacional para que esta agora abarque também essas nações emergentes.

Dentro deste aspecto, procurar-se-á trabalhar na segunda parte do trabalho, a atuação brasileira dentro do grupo BRICS (incluindo agora a África do Sul – ampliando assim o

² Apesar de, desde o surgimento dessas instituições, o lastro financeiro mundial ter cambiado do padrão Dólar-Ouro para o padrão Dólar flexível, consideramos ser ainda a mesma ordem financeira mundial justamente por ainda serem as mesmas instituições, com a adição da OMC apenas na década de 1990.

recorte temporal até 2012)³, no que se refere à cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (um dos itens pautados em todas as Declarações de Cúpula), dividindo o capítulo da seguinte maneira: em um primeiro momento, realizar-se-á uma análise e aplicação da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Joseph A. Schumpeter (Schumpeter, 1934) no caso do Estado brasileiro dentro do contexto internacional (tendo como base as reformas da arquitetura econômica internacional e das “fendas” presente, que são as crises e a falência das instituições financeiras multilaterais surgidas já no contexto de Bretton Woods – Lins, 2002 e 2009), almejando mostrar como poderia se dar a articulação brasileira com os BRICS em favor da promoção do desenvolvimento econômico brasileiro. Prosseguindo para a segunda parte, descrevem-se brevemente os Sistemas Nacionais de Inovação de cada um dos BRICS, ilustrando os pontos positivos e os movimentos de cooperação entre Brasil e os BRICS nessa matéria, ou seja, o que já foi realizado seja bilateralmente ou multilateralmente.

A metodologia agora aplicada é, além da revisão bibliográfica e a análise de dados, documentos e discursos oficiais, o método histórico-indutivo e de cenários, buscando, dentro das possibilidades acadêmicas e reais, prospectar possíveis cenários à política, economia e sociedade brasileira. Como fonte das informações e dos dados oficiais se utilizou principalmente o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e as Declarações de Cúpula dos encontros de Chefes de Estado e Governo dos BRICS, além de dados do Banco Mundial, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Por se tratar de uma temática pouco explorada e com uma bibliografia especializada escassa, utilizaram-se também canais de comunicação e notícias, além de gravações de pronunciamentos oficiais de membros do Governo brasileiro.

Dessa maneira, chega-se ao terceiro capítulo com uma hipótese nova, construída ao longo de toda a pesquisa: dentro da estratégia brasileira de inserção internacional pela cooperação Sul-Sul, ao buscar consolidar seu Sistema Nacional de Inovação com acordos internacionais e cooperação com os BRICS, chega-se a uma incompatibilidade entre discurso e prática (o primeiro afirma que o país busca isso, mas na prática não se concretiza nada), e

³ Tal fato ocorrerá para ganhos de legitimidade da representação mundial que significam os BRICS, sendo a África do Sul escolhida estrategicamente por ser uma potência econômica e política na África, possuir boa aceitação dos demais Estados africanos e por ser o único representante africano no G20 financeiro. (BRICS Monitor, 2011)

observa-se que ao o Brasil adotar tal tática de inserção, começa a desenvolver laços de dependência econômica com o principal parceiro econômico do bloco, a China; logo, estaria o Brasil transitando para uma nova dependência, cambiando do eixo EUA para o novo eixo China? Utilizando-se de dados estatísticos do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior e da CEPAL, chega-se a evidências empíricas de que tal hipótese encontra-se em vias de construção, de maneira que o as relações comerciais brasileira com a China levam à uma destruição da capacidade industrial e tecnológica brasileira, induzindo ao fenômeno da “reprimarização” da cadeia produtiva e, em um pior cenário, à desindustrialização, reforçando o papel brasileiro de produtor de commodities e bens primários, ficando as margens do desenvolvimento científico-tecnológico e dependente de produtos manufaturados (principalmente com alta tecnologia empregada e maior valor agregado) produzidos fora do país.

Conclui-se que, dado o cenário pouco positivo face o tema proposto, a condição e situação brasileira de *em desenvolvimento*, ou ainda, dependente dos centros capitalistas desenvolvidos (principalmente no quesito da ciência, tecnologia e inovação – ou seja, abarcando instituições de ensino, pesquisa, financiamento e produção industrial), o Brasil não apresenta condições suficientes de mudança para o curto e médio prazo, e estará em tal posição pelos próximos anos, dadas às transformações estruturais necessárias a serem implementadas, as quais demandam longos prazos.

1. COOPERAÇÃO SUL-SUL E OS BRICS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 A COOPERAÇÃO SUL-SUL

Antes de iniciar-se uma análise teórica sobre tal matéria, faz-se necessário uma conceitualização: o que é a cooperação internacional, e em que circunstâncias ocorrem?

Inis Claude em uma visão teórica geral, ao se referir às instituições internacionais como a expressão das relações de cooperação internacional, coloca que a cooperação surge com as seguintes circunstâncias: “1) a existência de Estados estáveis; 2) a existência de interação significativa entre os Estados; 3) o surgimento de questões derivadas diretamente dessa interação; 4) a disseminação da percepção de que as questões derivadas da interação demandam arranjos supranacionais específicos” (Sato, 2010)

Entende-se que a cooperação internacional⁴ - lembrando que essa não é o oposto de conflito, podendo haver conflitos a partir de cooperação e vice-versa, é melhor entendida como o oposto de unilateralismo (Sato,2010) - é uma opção de comportamento adotada por um Estado a partir de uma análise conjuntural de fatores internos e externos, conjunto de circunstâncias e cálculos (Soares, 2011); a partir de uma visão institucionalista liberal, trata-se de “coordenação de políticas” em um ambiente em que os ganhos superam os gastos (Stein, 1990), bem exemplificado com a teoria dos jogos (Keohane & Martin, 1995) com a aplicação do “Dilema do prisioneiro” (colaboração – busca de resultado eficiente) e da “Batalha dos Sexos” (coordenação/ótimo de pareto – busca por resolver conflitos de distribuição)⁵.

A aplicação de tal teoria econômica deixa bem claro que no dilema de escolha de opção estratégica, os Estados ao optarem pela cooperação internacional não agem de forma altruísta (Sato ,2010), mas sim como atores racionais, em que analisam a relação custo-benefício, agem estrategicamente e encontram-se em um ambiente em que não há terceiros que possam impor um acordo (Keohane & Martin, 1995). Um ponto em comum entre teóricos Realistas e Institucionalistas é exatamente este: os Estados são racionais e egoístas, operando

⁴Ainda com Eiti Sato (2010), explicita-se a diferença entre cooperação internacional e cooperação técnica internacional: “Enquanto a primeira expressava o sentido mais genérico da busca por associações entre países com propósitos determinados, a noção de cooperação técnica era associada basicamente à ajuda internacional fornecida pelos países mais ricos e tecnologicamente mais avançados – diretamente ou por meio de agências multilaterais – aos países mais pobres”

⁵ Para melhor entendimento da aplicação de tais conceitos nas Relações Internacionais, ver artigo de Robert Keohane e Lisa Martin: “The promise of institutionalist theory. *International Security*, v. 20, n. 1, 1995, p. 39-51”

em um mundo em que os acordos não podem ser hierarquicamente forçados e a cooperação só ocorre se os Estados se beneficiarem dela (Mearsheimer, 1995).

Segue modelo da teoria dos jogos aplicado na relação de cooperação internacional entre Estados, onde após análise estratégica, o Estado enxerga como melhor opção a de ganhos relativos, ou seja, ambos saem ganhando – porém não totalmente, e com possíveis assimetrias de ganhos, como rebatem os realistas (Idem).

Tabela 1: Dilema do prisioneiro

	Cooperar	Desertar
Cooperar	ganho – ganho	perda substancial – ganho substancial
Desertar	ganho substancial – perda substancial	perda - perda

Como colocado no início do artigo, o mundo se encontra em processo de transição, de mudança em sua estrutura internacional, e cabe entendermos o porque da adoção dos chamados emergentes das relações Sul-Sul para a inserção internacional:

“É possível compreender a atuação multilateral destes países emergentes na última década como uma assertividade que corresponde, em grau variado, ao aumento de seus instrumentos de poder. Mais do que retórica, esta atuação diplomática tem ampliado a interdependência com várias regiões do globo a partir de uma *identidade internacional complexa*. Por um lado, buscam ampliar o próprio poder de barganha com os países centrais utilizando-se da equivalência de poder alcançada em alguns campos, incluindo tecnologia de ponta em alguns setores e mesmo poderio militar. Por outro, atuam com protagonismo diante dos países periféricos buscando oportunidades, ao mesmo tempo que possuem trajetórias e problemas de países periféricos, que se estendem das desigualdades sociais até a carência de infraestrutura e serviços públicos”. (Pautasso,2011)

No caso específico da cooperação sul-sul, temos:

“... a cooperação Sul-Sul consiste num conceito, que data da década de 50 e permanece válido e operante até hoje. Em larga medida, implica a noção de que países em desenvolvimento identificam determinados interesses e problemas comuns e se articulam, a fim de resolvê-los.[...] parece lícito afirmar que a cooperação Sul-Sul deriva de uma situação objetiva. Nasce da percepção da vulnerabilidade de um grupo de países, cujas ações se encontram constringidas por estruturas internas e externas. A fim de mitigar a distribuição assimétrica de poder e de garantir maior bem-estar econômico e controle político em bases autônomas, esse conjunto opta pela cooperação entre si. Tal cooperação significa coordenação de políticas, a partir do reconhecimento de que, agindo isoladamente, esses Estados obteriam resultados menos satisfatórios. Associando-se, possuem melhores chances de êxito no atendimento de suas demandas autointeressadas.” (Soares, 2011).

Mais uma vez, claro que existe o contraponto e crítica, provinda principalmente da corrente neorealista de Kenneth Waltz, onde o imperativo da auto-ajuda e a prevalência das questões de segurança sobre as políticas e econômicas determinam que o conflito é a regra, e a cooperação a exceção, de provável fracasso (Waltz, 1959 *apud* Soares, 2011) – debate entre High politics e Low Politics (Sato, 2010), mas para fins de continuidade de trabalho, consideramos aqui a corrente teórica liberal institucionalista.

Adentrando na perspectiva da interdependência complexa⁶, relativa ao âmbito do liberal institucionalismo, pertinente na pauta de pesquisa de temas relativos à globalização, encontramos uma problemática que por si só já levaria um projeto de pesquisa, com a seguinte hipótese:

“A interdependência não supõe situações de dependência mútua equilibrada. Os países encontram-se assimetricamente situados na dependência dos fatores, o que proporciona a alguns ascendência maior sobre os demais. Aqueles menos dependentes dispõem da possibilidade de converter as *relações interdependentes assimétricas* em *fontes de poder* na negociação sobre um ou mais temas, permitindo-lhes um controle maior sobre os resultados” (Keohane, 1984 *apud* Soares, 2011).

Assim sendo, poderíamos considerar que cada um dos BRICS estaria convertendo ou converteria o agrupamento em fontes de poder? Não obstante, essa parece ser uma hipótese já respondida por ambas correntes teóricas: toda ação de um Estado visa, de alguma forma, a aquisição de poder (seja político, econômico, ou até mesmo militar).

1.2 PORQUE BRICS? EVIDENCIAS DA MAGNETUDE DE TAIS EMERGENTES

Afinal, o que seria o BRICs, diante de tal explanação anterior realizada, e o que pretende seus membros, principalmente o Brasil, diante de tal adoção de comportamento Estatal de cooperação internacional no eixo Sul-Sul? Seria uma associação prática, ou uma associação de objetivos? (Vigevani, 1999). Em artigo produzido por Tullo Vigevani, no qual utiliza muito do debate realizado por Terry Nardin, temos como associação prática o agrupamento/associação entre Estados que não envolvem nenhum fim comum, seria a simples associação em busca de incrementar e intensificar ganhos totais; e associação de objetivos

⁶ Para estudo do conceito de interdependência complexa, verificar obra de Keohane e Nye: KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Poder e interdependência. La política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

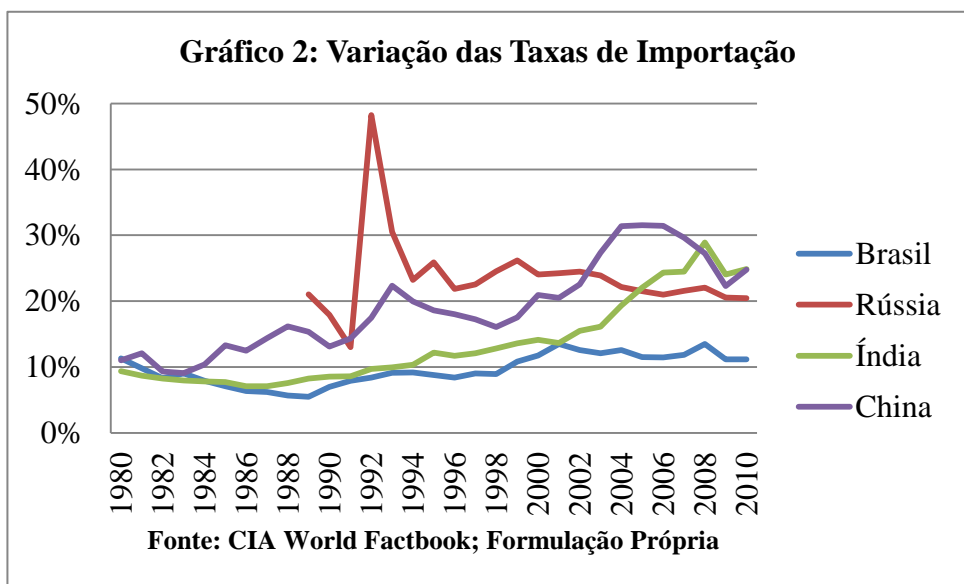
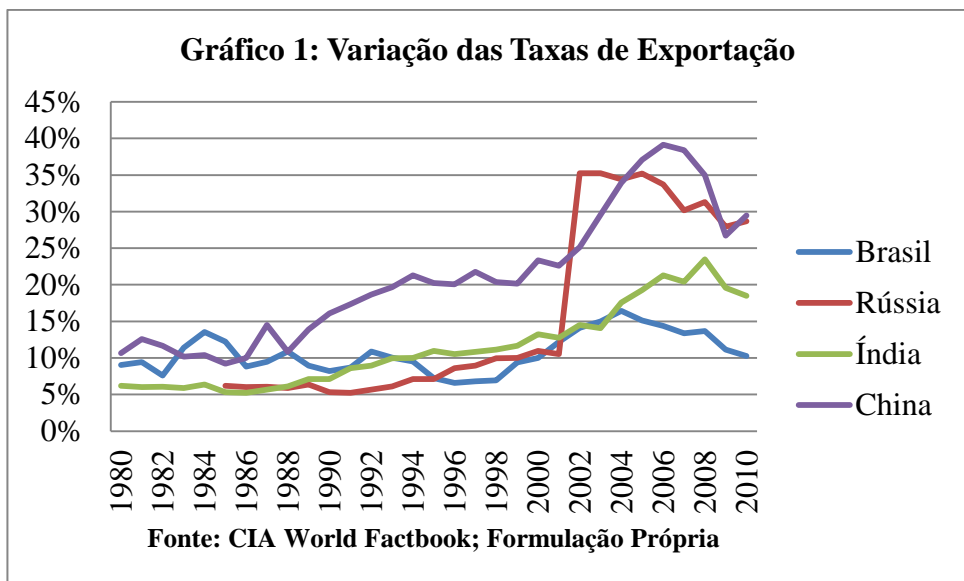
seria aquela referente à cooperação, com fins que afetariam o poder, o equilíbrio, a riqueza, as concepções de mundo, ou seja, o reordenamento do sistema internacional. (Idem)

Antes de buscar sanar a dúvida do que seriam, precisamos perguntar: Porque BRICs? Ao se analisar individualmente características de cada um desses países, encontraremos tantas discrepâncias quanto semelhanças: “membros semiperiféricos do sistema econômico mundial; são poderosos regionais; ricos em recursos naturais; nível razoável de industrialização e população multiétnica. São grandes democracias de massas com gravíssimos problemas de inclusão social” (Lima, 2005); ainda: são grandes países periféricos (Dupas, 2005), com grandes populações e projeções de atenderem as demandas dos agentes de mercado de serem as maiores economias mundiais em um médio-longo prazo (O’Neill, 2001; Wilson, 2003, Goldman Sachs, 2007), ou podemos considerar também de curto prazo, tendo em vista que “entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial”⁷ (MRE, 2013); os gráficos com índices de política econômica e relações exteriores a seguir demonstram a grandeza e também variação entre os BRICs⁸.

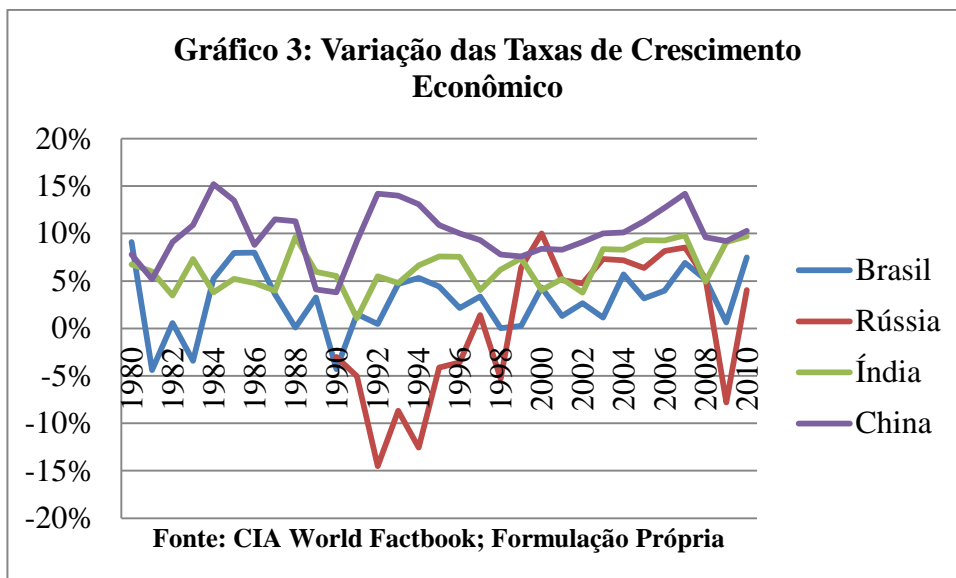
Os dois gráficos a seguir demonstram a variação das taxas de crescimento de exportação e importação dos BRICs, no período de 1980 a 2010. Importante notar que, apesar de oscilações distintas em certos momentos de cada um desses países, todos apresentam movimentos semelhantes, com maior crescimento e participação no comércio internacional a partir dos anos 2000, por conta da diminuição da participação norte-americana na economia internacional, que passou a ter como foco a doutrina da Guerra ao Terror (após o atentado de 11 de setembro de 2001), remetendo maiores dispêndios e esforços em ações militares no Oriente Médio. Alia-se à isso as políticas externas assertivas adotadas pelos BRICs, com muito mais incidência no cenário internacional comparado a períodos anteriores.

⁷ Há controvérsias dentro dos próprios ministérios: “OCDE: O Brasil é o único país entre os desenvolvidos e BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) que não apresenta sinais de forte desaceleração na atividade, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com o relatório da instituição, a situação mundial apresentou forte deterioração em outubro, alertando para a possibilidade de seus membros caminharem para a pior recessão desde 1980. Para o Brasil, a Organização mantém um cenário otimista, com a expectativa de crescimento de 3% em 2009.” Ainda: “BANCO MUNDIAL: O Banco Mundial (BIRD) afirmou que os países emergentes estão em melhor situação para enfrentar a crise financeira do que as economias desenvolvidas. Ainda assim, avalia que a fase mais aguda da crise ainda não chegou e aproveitou para elogiar as políticas de estímulos dos governos - que vêm sendo divulgadas como forma de redução dos impactos da crise financeira. Para os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), a instituição acredita que esses países passarão por uma desaceleração, mas de forma menos intensa que nos demais países. Especificamente em relação ao Brasil, a avaliação é de que o País está em posição sólida e sentirá menos os efeitos da crise.” (Ministério do Planejamento – Secretaria de Assuntos Internacionais, Seain.)

⁸ Detalhe para a Rússia, que entra com os dados somente a partir de 1989, fazendo parte até então da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Fonte: CIA World Factbook



A seguir, as Taxas de Crescimento das economias de Brasil, Rússia, Índia e China; apesar de oscilantes e apresentarem períodos de decrescimento (como no caso de Brasil e Rússia, principalmente na década de 1990 com as crises da Rússia e Argentina), a partir dos anos 2000, salvo a exceção do ano de 2008 – ano de crise financeira mundial, que, em proporções distintas, afetou a todos – todas as quatro economias apresentam tendencia ascentiva, com prospecção positiva de recuperação da crise, e indicativos de tais taxas continuem positivas:



As próximas duas tabelas trabalham, respectivamente, com a variação das taxas do Produto Interno Bruto Nominal dos BRICs, e do Investimento Externo Direto recebido por esses países, com destaque em ambos os casos para a China. Como nota-se mais uma vez, os números apresentam crescimento acelerado a partir dos anos 2000, muito por conta também do “efeito BRICs”, quando em 2001 O’neill realiza o estudo sobre o potencial de crescimento desses países e a alta atratividade/viabilidade de empreendimentos (o termo será explicado mais a frente), quando grandes fluxos de investimento de capital começam a se deslocar para os mesmos.

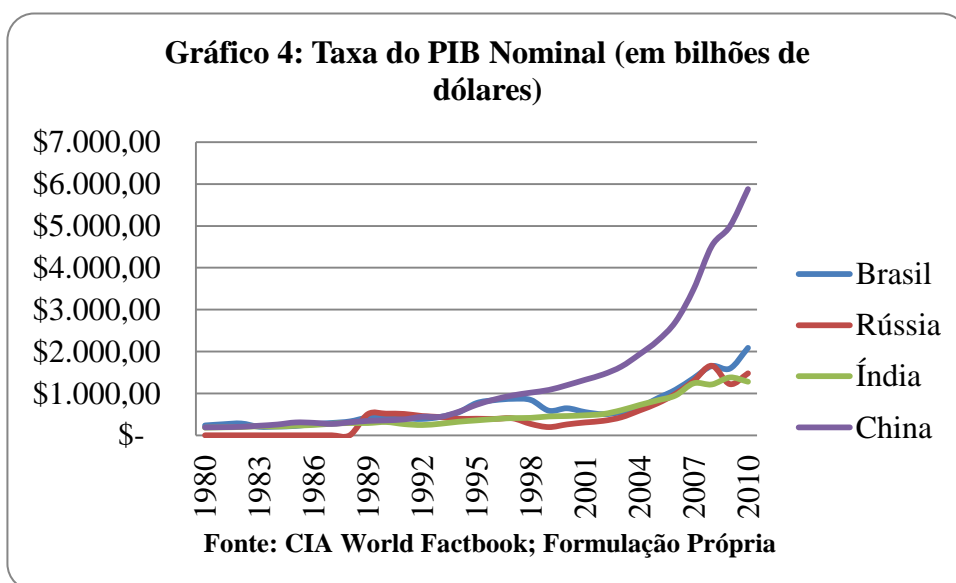
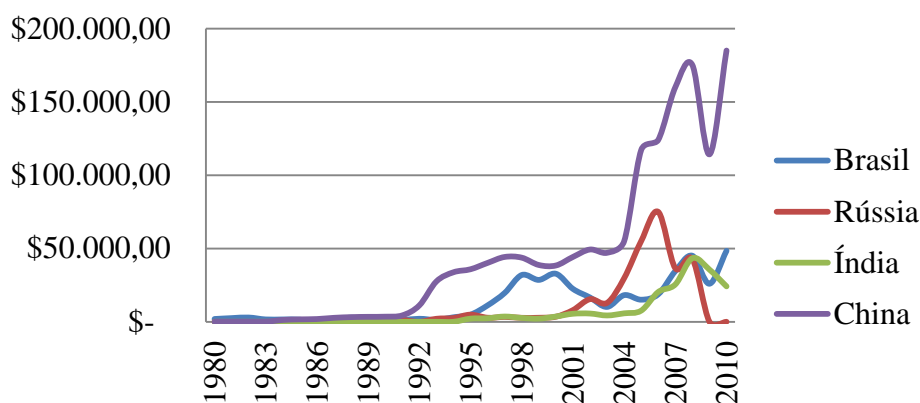


Gráfico 5: Taxa de Investimento Externo Direto (em milhões de dólares)



Fonte: CIA World Factbook; Formulação Própria

Destacando agora as divergências, lembramos porém que não possuem as mesmas pautas de reivindicações internacionais, não possuem o mesmo sistema e regime políticos, possuem problemas sociais de intensidades distintas, são potencias regionais em contextos totalmente opostos e, considerações próprias aqui, não são vistos com a mesma perspectiva pela superpotência EUA e demais potencias mundiais (União Européia, Japão). Exemplificando a seguir com a **TABELA 2**:

QUADRO BRICS (Formulação Própria)	Brasil	Rússia	Índia	China
Sistema Político	República Federativa Presidencialista	República Federativa Presidencialista	República Federativa Parlamentarista	República Socialista
Problemas Sociais	Taxa de desemprego: 5,8%; Taxa de analfabetismo: 11,4%	Taxa de desemprego: 6,6%; Taxa de analfabetismo: 0,4%	Taxa de desemprego: 9,8%; Taxa de analfabetismo: 39%	Taxa de desemprego: 6,5%; Taxa de analfabetismo: 7,8%
Questões Fronteiriças	Não	Sim (Principal: Georgia)	Sim (Principal: Paquistão e China)	Sim (Principal: Tibet; interno – e Índia)
Taxa de Homicídio (mortes/1000 habitantes)	6,38	16,03	7,43	7,17
Expectativa de Vida	72,79 anos	66,46 anos	67,14 anos	74,8 anos

(Fonte: CIA World Factbook).

Entretanto, apesar dessas colocações, o que se leva em conta ao analisar o agrupamento BRICs e suas possíveis convergências e/ou divergências político-econômicas é que as complementaridades (principalmente as comerciais) entre esses países podem ser maiores do que os fatores de competição, logo, associação e possibilidade de atuação conjunta entre os mesmos é vantajosa, do ponto de vista tanto econômico como político (Lima, 2005) (Baumann, 2010).

Logo, estariam os membros do BRICs buscando a realização de uma nova concepção de mundo, indo além de apenas normas compartilhadas como se observa na associação prática, estabelecendo também valores e objetivos comuns? De maneira mais abstrata e ambiciosa: estaria o BRICs ajudando e corroborando com o fim do sistema internacional westfaliano de soberanias internacionais, transcendendo o sistema interestatal de comunidade políticas autônomas e independentes para uma chamada sociedade internacional, com a intensificação da associação de objetivos e formação de uma civilização mundial? Ainda nessa linha de pensamento proposta por Vigevani, seriam os BRICs forças centrífugas ou centrípetas do sistema internacional?, entendendo a primeira como as responsáveis pelos movimentos de fragmentação – movimentos como os que formam mercados regionais – ALCA, MERCOSUL, União Européia; outro exemplo: OTAN/ regionalismos subnacionais, e a segunda como as que se propõem a ter validade universal – são oriundas das forças profundas da história, como se constata que a humanidade sempre buscou a associação, intercâmbio - exemplo da OMC que busca institucionalizar tal força, sendo componentes de aspectos normativos (Vigevani, 2010)

De fato, vemos na contemporaneidade a emergência de novos valores humanos, como a questão do meio-ambiente, o direito cosmopolita, o comércio e o liberalismo, o direito internacional e suas vertentes (Direito Internacional, Direito dos Tratados, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional dos Refugiados), porém, tal análise se mostra ainda prematura e, como dito anteriormente, ambiciosa, necessária de reflexão mais profunda com mais informações que estarão presentes somente em um futuro onde tal agrupamento continua a existir (de maneira mais institucionalizada ou não). Ainda:

“Uma situação em que haja regras, procedimentos e valores compartilhados não significa a superação do sistema interestatal ou da associação prática; uma associação de objetivos exigiria o banimento da hierarquia (grandes potências, países periféricos) e a existência de uma soberania e de leis legítimas que a todos incluíssem e que por todos fossem decididas.” (Vigevani, 2010)

Dentro deste espectro de associação internacional, podemos concluir que: regimes internacionais têm criado obrigações a todos que no longo prazo estabeleceram regras, procedimentos e valores de caráter universal (Idem), e mais:

“A atual situação de transição em que se encontra o sistema internacional pode possibilitar mudanças que interessam a cada um dos estados intervenientes, De acordo com Martins (1998), isto implica a consideração de três condições básicas, (1) a natureza da geometria mundial de poder; (2) a internacionalização econômica; e (3) a capacidade das elites dirigentes locais de definirem as diretrizes estratégicas de inserção internacional. Para ele, a capacidade de influência sobre essas condições é o que determinaria o posicionamento relativo de cada Estado e, inclusive, a possibilidade de mudança de posição relativa. A possibilidade determinada por esta capacidade, porém, não implica modificação da configuração do próprio sistema, objetivo que, a longo prazo, é de interesse dos estados.” (Martins, 1998 *apud* Vigevani, 2010)

1.3 QUEM SÃO OS BRICS?

O termo BRICs foi cunhado pela primeira vez pelo economista Jim O’neil em estudo realizado no ano de 2001 (“Building Better Global Economic BRICs”), referindo aos países componentes como os “tijolos” do futuro da economia – no sentido literal, *bricks* significa tijolos em inglês. Vislumbrando possíveis vantagens em se unirem, a partir do ano de 2006, passam de apenas um acrônimo para um agrupamento de países que, em suma: “abre para seus membros espaço para (a) diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) ampliação de contatos e cooperação em setores específicos.” (MRE, 2013).

Como já colocado anteriormente, identifica-se os membros dos BRICs, como países intermediários e emergentes. O que os definem como tal? Três fatores: (1) capacidades materiais, (2) uma medida de auto percepção e o (3) reconhecimento dos outros Estados, em especial das grandes potências (Lima, 2005). Lima (2005), utilizando-se de conceitos de Robert Keohane e do U.S. *Trade Representative*, trabalha bem a atuação e inserção destes países no cenário internacional.

O primeiro conceito utilizado para tratar dos chamados emergentes é o de “system affecting states”, referindo a países com políticas externas assertivas e que valorizam os foros multilaterais – as potências regionais (Keohane, 1969); e o segundo é de “grandes mercados emergentes” (US Trade Representative), referindo-se aos países que aderiram as práticas liberais e regras preconizadas pelo Consenso de Washington.

A incógnita agora suscitada decai justamente sobre esses dois conceitos: BRICs como *system affecting states*, ou como grandes mercados emergentes? É certo que não foram todos os membros que aderiram ao Consenso de Washington, mas suas economias abertas⁹ de características liberais podem ser colocadas em certa maneira em tal classificação. Para uma possível resposta a tal ponto, seria necessário uma pesquisa empírica no âmbito interno e externo de cada um desses países, algo de extrema complexidade e de longo prazo; para efeito, tentaremos mostrar em qual termo Brasil encaixar-se-ia melhor, como observamos nas colocações de Maria Regina, ao referir-se à texto de Souza (2002), tratando-se das opiniões de estratégia da comunidade de política externa, as chamadas “vozes autorizadas”¹⁰ :

“tal como no passado, as elites se dividem quando se trata de escolher estratégias concretas de inserção internacional. Neste particular, dois modelos ressaltam nas preferências das elites, configurando-se duas alternativas de política externa, na atualidade. A primeira delas poderia ser denominada de busca da credibilidade, na medida em que o foco é de fora para dentro. A globalização é considerada o principal parâmetro para a ação externa e seus benefícios só podem ser alcançados pelas reformas internas que expandam a economia de mercado e promovam a concorrência internacional. Tal estratégia parte da constatação de que o país não possui “excedentes de poder” e, portanto, só o fortalecimento dos mecanismos multilaterais pode refrear “condutas unilaterais no cenário internacional”. Na estratégia da credibilidade, a autonomia nacional “deriva da capacidade de cooperar para a criação de normas e instituições” internacionais (Souza, 2002: 22).

Nesta percepção, o país deve ajustar seus compromissos internacionais às suas capacidades reais. A restauração da confiabilidade e da credibilidade internacionais está associada à vinculação da política externa à política econômica interna. A estratégia oposta pode ser denominada de autonomista e combina o objetivo de projeção internacional com a permanência do maior grau de flexibilidade e liberdade da política externa. Crítica da avaliação positiva dos frutos da liberalização comercial e dos resultados benéficos da adesão aos regimes internacionais, esta visão preconiza uma “política ativa de desenvolvimento” e a necessidade de se “articular um projeto nacional voltado para a superação dos desequilíbrios internos em primeiro lugar”. A inserção ativa deve ser buscada na “composição com países que tenham interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes”. A visão autonomista critica a tese da “insuficiência de poder” defendida pela

⁹ Tal afirmação pode se encontrar equivocadas, pois em serie de estudos realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Economicas Aplicadas), constata-se certa inflexibilidade e mercados fechados nas relações econômicas entre membros dos BRICs.

¹⁰ De acordo com Almeida (2006) “vozes autorizadas”, isto é, os produtores originais de posições e discursos para a diplomacia em questão. Eles são os que “produzem”, apresentam e defendem a política externa oficial. a saber, em primeiro lugar, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, seguido do chanceler, embaixador Celso Luis Nunes Amorim, do secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e do assessor especial para assuntos internacionais da presidência, professor Marco Aurélio Garcia. (Moreira Jr, 2012)

estratégia da credibilidade, e a “postura defensiva” daí decorrente. Uma preocupação entre os defensores de uma estratégia autonomista é que o Brasil não dispõe de elementos de dissuasão militar, nem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU que possam respaldar negociações comerciais com parceiros mais poderosos. Como a dimensão soberanista é marcante nesta visão, prevalece certa relutância em aceitar arranjos multilaterais que impliquem delegação de autoridade a instâncias supranacionais (Souza, 2002: 23-25 *apud* Soares, 2011).

Como se pode notar, dentro da própria comunidade e elite formuladora da política externa brasileira não encontramos total convergência da estratégia a ser tomada – “De um ponto de vista analítico, a estratégia da credibilidade tem mais pontos de contato com a identidade de um mercado emergente, em oposição a da autonomia que se aproxima mais de uma de *system affecting state*.” (Idem), mas após análise bibliográfica, é possível dizer que a diplomacia brasileira, especialmente a que refere-se ao governo Lula da Silva, tem buscado uma agenda multilateral – bem como colocado anteriormente que tal medida tem sido fomentada por todos os emergentes em geral – e, além, tem realizado um movimento de “plurilateralização” da política externa (Moreira Jr, 2012). Voltando mais ao âmbito BRICs, é possível também afirmar que tem ocorrido a busca por uma institucionalização de tal grupo por parte das iniciativas brasileiras (Idem).

Ainda nessa linha de pensamento do texto, cabe fazer um último debate: o conceito de “Pólos”, partindo do definido por Waltz: “son aquellos Estados que, en el marco de un sistema caracterizado por la anarquía y por los comportamientos de *self help* (autoayuda), disponen de recursos en todos los ámbitos que él considera indicativos de la capacidad del Estado (tamaño de la población y del territorio, recursos naturales, capacidad económica, fuerza militar, estabilidad política y competencia organizativa).” (Esther, 2010), pode ser usado ao tratar de BRICs? Após necessária reflexão, consideramos aqui que não, essas potências emergentes não funcionam no sentido clássico de pólos de poder como se observara ao tempo da Guerra Fria, onde todo o sistema internacional acabava por transitar em torno de uma das duas superpotências, EUA ou URSS; seria mais plausível a aplicação de “potência regional” (Moniz Bandeira, 2008) neste caso, ao observamos a maior capacidade econômica, política e militar de cada um desses quando inseridos em seu meio regional.

Nesta parte do capítulo, partimos para a análise de dados e fontes primárias, utilizando-se como fontes informações de dados fornecidos pelos órgãos competentes como

dito no início - Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Assuntos Estratégicos, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), buscando com dados mostrar uma possível preferência das relações internacionais do Brasil com os BRICs, e vice versa, se estes estão a caminho de uma possível institucionalização, como estão seus movimentos de articulação econômica e política e quais os impactos disso na economia e sociedade brasileira. Não se tem a pretensão de conclusões complexas e profundas, tendo em vista que uma análise empírica e pesquisa de campo seriam métodos enriquecedores de maior grau de confiabilidade.

Alguns dados que relevam a grandeza dos BRICs¹¹:

	Número de Habitantes	% do total do Mundo
Brasil	192	2,9
Rússia	142	2,1
Índia	1140	17,0
China	1326	19,8
BRICs Total	2800	41,8

Brasil	8,5
Rússia	17,1
Índia	3,3
China	9,6

	1990-1994	1995-1999	2000-2008	1990-2008
Brasil	2,7	1,4	4,1	3,0
Rússia	-10,3	-0,4	7,7	0,7
Índia	4,5	6,3	8,7	6,4
China	12,6	8,7	11,7	10,3

	1990	2008
Brasil	2,1	2,1
Rússia	2,4	1,1
Índia	1,4	2,0

¹¹ Dados do World Development Indicators (WDI), presente em “o Brasil e os demais Brics” (Baumann, 2010).

China	1,6	6,5
BRICs	7,5	11,7

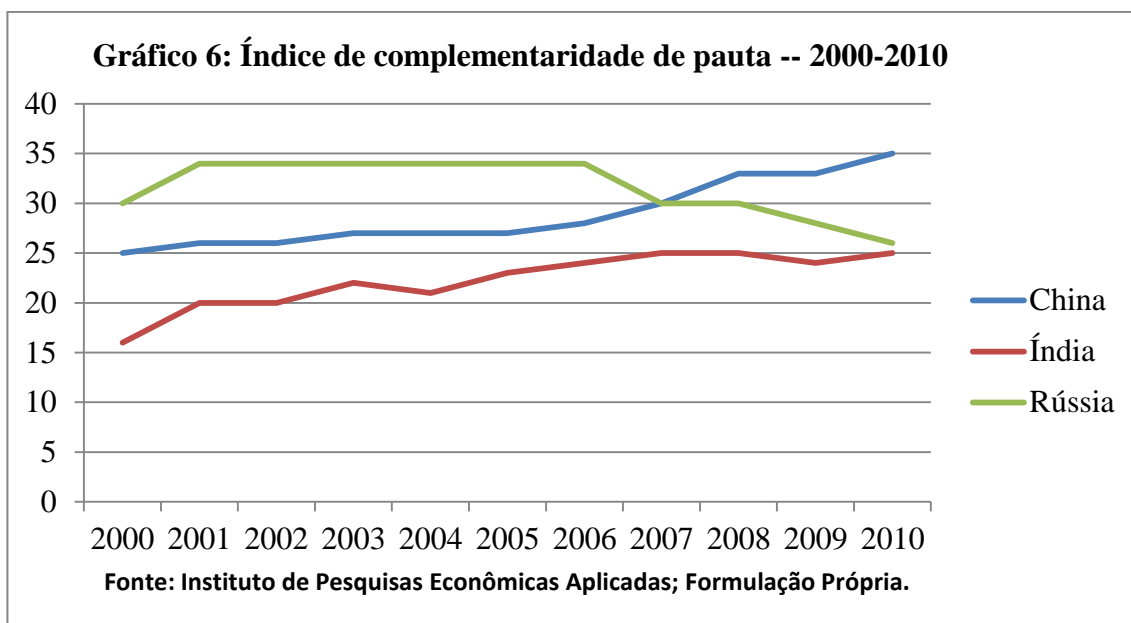
TABELA 7: BRICs: Participação (%) no comércio mundial, 1990-2008

Exportações		
	1990	2008
Brasil	0,9	1,0
Rússia	2,1	2,3
Índia	0,5	1,4
China	1,6	7,7
BRICs	5,1	12,4

Em série de estudos realizados pelo IPEA, publicados em conjunto de artigos no ano de 2012, temos o acesso a dados que veem a contribuir para o artigo. Destacaremos aqui dois: o “Índice de complementaridade de pauta - ICP¹²” (IPEA, 2012), que busca mostrar fluxos comerciais entre as exportações brasileiras e importações dos demais BRICs que possam vir a complementar e agregar para o primeiro; e a participação dos BRICs no comércio internacional de serviços (IPEA, 2012).

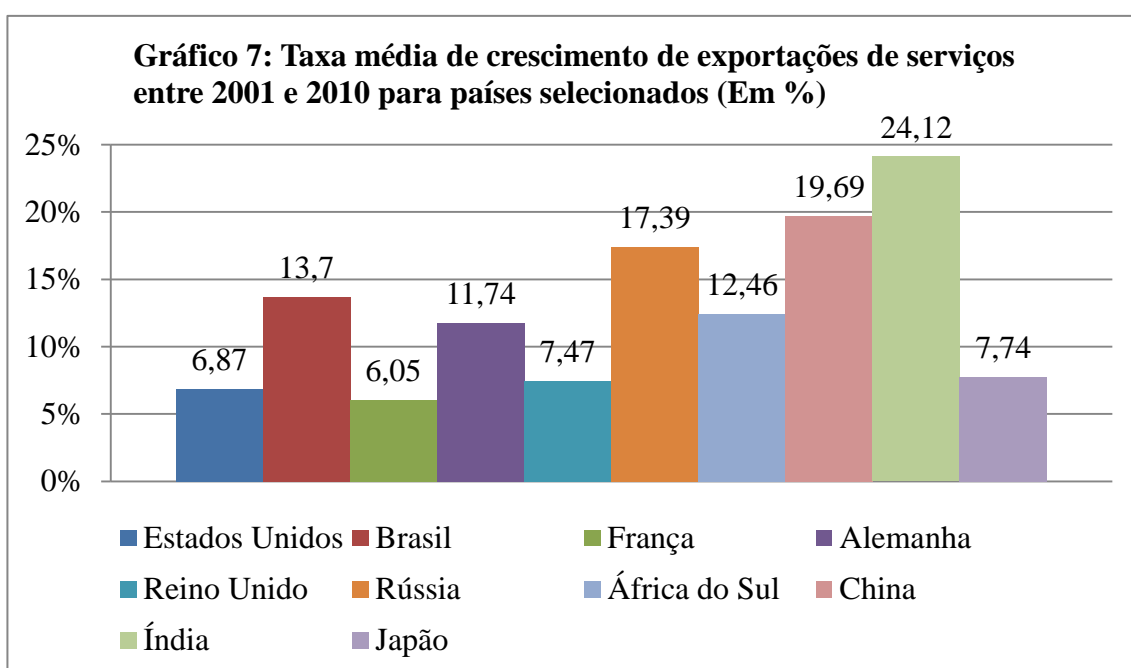
No primeiro trabalho, chega-se a conclusão que ocorreu “um aumento da complementaridade da pauta do ponto de vista agregado, e, por outro, uma redução do número de produtos em que se verifica a complementaridade. A chave para essa aparente contradição parece estar na concentração ocorrida na pauta de exportações brasileira, que torna possível uma maior complementaridade com uma menor quantidade de produtos exportados”. Ou seja, devido a concentração da pauta exportadora brasileira ao longo da última década, com um ganho de participação dos produtos primários, observamos que se diminui o número de produtos em que ocorre a tal vantagem, em contrapartida ocorre um aumento ainda maior de complementaridade nos produtos em que se observa tal possibilidade de aumento. O gráfico a seguir expressa que, quanto maior o número (calculados por uma equação formulada por Balassa – 1965) , maior é o índice de complementaridade de pauta com os dados países, logo, ocorrerá maior vantagem em exportação/importação. Podemos notar, com exceção da Rússia, tendência ascendente:

¹² Quanto ao índice de complementaridade por produto, sua definição se baseia no conceito de “vantagem comparativa revelada”, que pode ser sintetizado da seguinte maneira: um país possui vantagem comparativa revelada em produzir um determinado bem se a participação desse bem nas exportações desse país for superior à participação desse bem no comércio mundial como um todo. De maneira oposta, um país possui uma “desvantagem comparativa revelada” se a participação de um dado produto nas importações desse país for maior que a parcela que esse bem representa na totalidade do comércio mundial. (IPEA,2012)

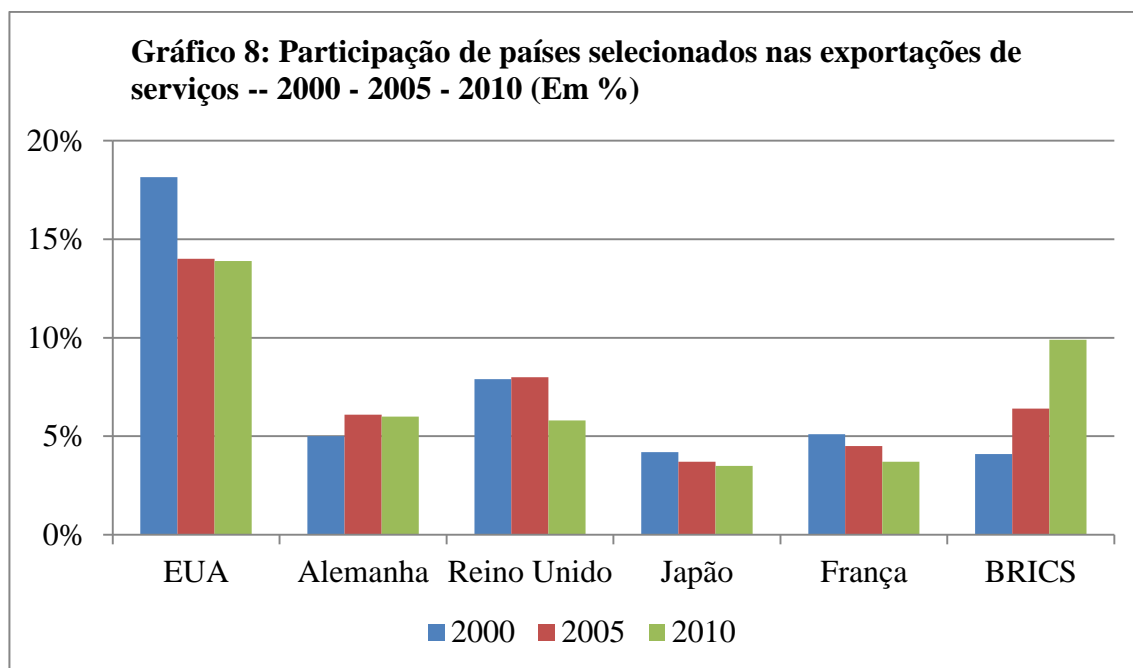


Porém, tal fato (da alta complementaridade de pauta, principalmente com China) irá mostrar-se algo negativo para o Brasil, como iremos trabalhar no capítulo três.

Nos dois próximos gráficos¹³, vemos a evolução e grau de importância da participação de cada um dos BRICs no comércio internacional de serviços, através da taxa média de crescimento de exportação de serviços entre 2001 e 2010 para os principais países do cenário internacional e da participação geral destes:



¹³ Fontes da Organização Mundial do Comércio (OMC), presentes no “Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA”, 2012. Formulação Própria.



Como podemos observar, o crescimento dos BRICS tem superado as médias mundiais de 10%, apesar de dentro do próprio grupo encontrarmos grandes diferenças também (Índia com 24,12% de crescimento e Brasil pouco mais da metade, 13,70%). Tais dados revelam o impacto que tais economias vem exercendo no cenário internacional, de maneira contínua e crescente.

Em discurso proferido¹⁴ por Ana Maria Mülser Parada, Chefe da Divisão do Fórum IBAS e Agrupamento BRICS (DIB) do Ministério das Relações Exteriores, fica claro o movimento de articulação dos BRICS principalmente no âmbito político: seus membros buscam, antes de cada Encontro de Cúpula, sempre realizado às margens das Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas (AG-ONU), delimitar e diminuir ao máximo a agenda e pauta de discussão, para convergirem na maior medida possível nos assuntos tratados e reivindicações comuns. Questões que envolvam controvérsias em algum dos membros possivelmente irão ficar de fora – como manutenção e habilitação de armas de destruição em massa, questões de segurança regional/internacional, de meio-ambiente, entre outras. Logo, possibilidades de atuação através de relações bilaterais muitas vezes ainda se mostram mais eficazes e preferenciais para os membros dos BRICS, entre si próprios e com demais membros do Sistema Internacional. Há ainda a questão dos regionalismos e sistemas de preferências com países vizinhos no tocante a cada um dos BRICS, onde é possível encontrar grandes dificuldades tarifárias para vários produtos brasileiros acessarem esses

¹⁴ Na ocasião do XVII Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais (ENERI)

mercados internos, tendo em vista a busca por relações bilaterais de Rússia, Índia, e China com os mercados vizinhos, tendo o Brasil desvantagem, haja vista a região da América Latina não oferecer tantas vantagens como esses outros mercados regionais. (Baumann & Ceratti , 2012)

Apesar de possuir caráter informal, sem nenhum documento constitutivo, observa-se a elevação da interação política que “desde junho 2009, com a Cúpula de Ecaterimburgo, alcançou o nível de Chefes de Estado/Governo” (MRE, 2013). No total, até o presente momento foram realizada cinco Cúpulas dos BRICs, em ordem cronológica: (1) Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009; (2) Brasília, 15 de Abril de 2010; (3) Sanya, 14 de Abril de 2011 – com inclusão da África do Sul; (4) Nova Delhi, 28 e 29 de Março de 2012 e; (5) Durban, 26 e 27 de março de 2013. A cada realização de tais encontros, é possível encontrar maior busca de estreitamento de laços entre os membros – deixando bem claro que encontramos a busca, mas a concretização de tais fatos ainda não é possível de ser evidenciada. No mais, na página do Ministério das Relações Exteriores, é possível encontrar uma série de eventos no âmbito do BRICs, com destaque para encontro entre ministros das Finanças, do Comércio, de Chanceleres desses países, bem como a publicação de Documentos emitidos por altas autoridades.

Como último indicativo, destacamos o aumento de eventos na esfera acadêmica que também são possíveis de serem mapeados, a exemplo das iniciativas nacionais: Grupo de Estudos de análise de conjuntura dos BRIC da UNESP Marília; BRICS Policy Center da PUC - RJ; e iniciativas internacionais: BRICLab, da Columbia/SIPA – School of International and Public Affairs, Beyond Brics, do Financial Times, todos com suas agendas de evento e pesquisas próprias. Logo, o aumento do volume de profissionais e acadêmicos voltados para debater sobre o tema BRICS evidencia a relevância e destaque que tem ganhado esses Estados.

1.4 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

É certo que mudanças estruturais no Sistema Internacional estão acontecendo, pois, em uma ótica liberal institucionalista, observa-se uma tendência de padrão de comportamento nas relações internacionais, onde ocorre a preferência do multilateralismo como estratégia de política externa dos Estados em detrimento do unilateralismo (Barbé, 2010). Há ainda questões com esse fato que não foram levantadas aqui, como de Governança Global,

substituição de hegemonias, entre outras a serem exploradas. Em esfera mais ampliada, podemos ainda dizer o Sistema Internacional como um todo tem percebido as mudanças que vem ocorrendo e que estão para ocorrer, levando assim a todos os Estados em seus cálculos estratégicos, levarem em conta a forma em que atuam cada um dos membros dos BRICs (Soares, 2008). Tal fato por si só já mostra tamanha relevância e importância desse agrupamento, ao também constatarmos o desenvolvimento de um “Sistema de Preferências Generalizado” no Norte, abertura de novos mercados e oportunidades econômicas nos países do Sul (Idem), e a passagem das resoluções das questões econômicas mundiais, principalmente após a deflagração da crise mundial de 2008, no âmbito do G20 Comercial, e não mais nas medidas “ultrapassadas” e pouca representativas do G8 (pontos presentes da IV Cúpula dos BRICS – Declaração de Nova Delhi).

Em suma, podemos afirmar que a participação de países como os BRICs nas instituições de regulação da ordem pós 1945 foi estruturada pelos objetivos de desenvolvimento econômico e autonomia política (Lima, 2008), constantes também fixadas na política externa brasileira desde praticamente a proclamação da República (Cervo & Bueno, 2010). No Brasil, podemos concluir que a estratégia de cooperação internacional – principalmente no que tange a cooperação técnica internacional¹⁵, a exemplo da iniciativa IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a questão de sucesso de cooperação na área da saúde no combate a AIDS - encontra-se em tal nível desenvolvida que não podemos considerá-la como algo passível de retrocesso, como observamos nos movimentos de política externa realizado

¹⁵ Tal atuação é destacada na Agência Brasileira de Cooperação (ABC) : “A estratégia da cooperação técnica prestada pelo Brasil está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. Além disso, a ABC tem mantido contato cada vez mais freqüente com entidades da sociedade civil organizada, com a intenção de ampliar o leque de oportunidades da cooperação horizontal brasileira.

O Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. Em 2008, a ABC aprovou e coordenou a execução de 236 projetos e atividades pontuais de cooperação técnica Sul-Sul, beneficiando 58 países em desenvolvimento. A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil está concentrada nas áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos, estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente.

Para a ABC, a troca de experiências e de conhecimentos materializa o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os povos, beneficiando todas as partes envolvidas na cooperação. Os projetos de cooperação técnica revelam-se eficientes promotores do desenvolvimento social, além de representarem os esforços de muitos profissionais, demonstrando que com disposição e vontade política é possível realizar atividades de importante valor socioeconômico”.

principalmente a partir dos anos de 2002, com a ampliação do número de projetos de cooperação com países em desenvolvimento.

O universalismo inevitável, colocada por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno ao referirem-se na ocasião à política externa brasileira na década de 1960 (Cervo & Bueno, 2002), continua presente nas tomadas de decisão de âmbito internacional do Brasil nos dias de hoje. Claro que antigos parceiros clássicos (e que continuam a ocupar importante posição na pauta de importação/exportação brasileira, como observamos nos EUA em segundo lugar na classificação) no chamado eixo norte continuam a ocupar posição estratégica de suma importância nas relações internacionais do Brasil, isso não é descartado em nenhum momento, bem como o Mercosul e a América do Sul são considerados como plataforma estratégica de inserção internacional do Brasil (Batista, 1995), com destaque para os fortes laços bilaterais com Argentina. Porém, com tais transformações sistêmicas afirmadas estarem ocorrendo ao longo de todo o texto, o Brasil e sua comunidade epistêmica/de política externa tem se mostrado atento aos fatos contemporâneos, e buscado seu papel de protagonista no cenário internacional, o qual tem sido considerado “inevitável”, ou ainda, inalienável ao Brasil: “No plano mais geral da agenda externa tradicional há um amplo consenso entre os operadores diplomáticos e as elites em geral na crença de que o país está destinado a ter um papel significativo na cena nacional e a expectativa do reconhecimento desta condição pelas grandes potências, em função de suas dimensões continentais, de suas riquezas naturais e da ‘liderança natural’ entre os vizinhos (Souza, 2002: 19-21).” (Lima, 2008). O Brasil como “Global trader” (Batista, 1995), e “Global Player”¹⁶.

Fechando o ponto sobre a reforma da arquitetura internacional, como coloca Diego Pautasso, ao citar Arrighi & Silver e Fiori:

...o atual momento representa o “[...] início de um complexo reordenamento de poder com as características que são padrão nos períodos de transição sistêmica. Aquilo que Arrighi & Silver (2001, p. 45) chamam de ‘aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema’ significa a tendência à intensificação da competição entre suas unidades, evidenciando os processos de perda de vantagens competitivas da nação hegemônica, de intensificação das rivalidades interestatais e de surgimento de novas configurações de poder. Na atualidade, tais processos têm sua expressão máxima na estratégia expansionista dos EUA, na multiplicação de Estados soberanos e no crescimento vertiginosos de novos pólos de poder (FIORI, 2010, p. 5), com destaque para China, Brasil e Índia.” – acrescento Rússia aqui, porém como nação buscando mais manter-se em um nível do que uma ascensão - “Estes elementos conceituais permitem estabelecer analogias e extrair das conjunturas

¹⁶ Seminário Internacional intitulado “The Emergence of Brazil as a Global Player”, organizado pela Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel. O seminário aconteceu entre 11 e 13 de dezembro de 2011

históricas os indícios para compreender as atuais transformações sistêmicas.” (Pautasso, 2011).

Como conclusão final de capítulo, enxergamos que Brasil e sociedade brasileira possuem grandes vantagens finais ao se relacionarem com os chamados BRICs. Seja no espectro Estatal, seja no empresarial, ambos possuem elementos em que o relacionamento com esses países, se mostra algo frutífero e correspondente às expectativas. É possível começar a vislumbrar certas preferências da política externa brasileira com os BRICs no que concerne às questões políticas internacionais, ao observarmos encontros de membros oficiais sendo realizados às margens das Assembléias Gerais (AG) da ONU desde 2006, com a I Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61ª AGNU (Nova York, Setembro de 2006), porém, por ainda existirem muitos pontos de divergência entre esses (principalmente em relação a questões ambientais e de segurança - o Conselho de Segurança da ONU talvez seja o maior ainda), ainda é delicado realizar tal afirmação. Na esfera econômica, concluímos que é o ponto mais forte do grupo, onde as possibilidades e complementaridades de pautas são inúmeras e tem se mostrado evidentes. No mais, tem-se a idéia geral de que tal grupo venha a caminho de se intensificar seus laços e a caminho de uma possível institucionalização, pelo menos por parte do que se tem observado nos movimentos de política externa brasileira¹⁷.

¹⁷ Tal afirmação, que já fora feita anteriormente, é delicada: deve-se sempre levar em conta a possibilidade de uma troca de governo, na qual poderia levar ao fim da política externa brasileira para com os BRICS, dado o fenômeno da “partidarização” da mesma.

2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO REVISITADA: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO DO BRASIL COM OS BRICS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE SEU SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

2.1 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APLICADA AO BRASIL: UMA PROPOSTA DE AÇÃO DENTRO DOS BRICS

Adentrando uma perspectiva mais teórica (e mais crítica) sobre o tema, passaremos agora para uma análise de cenários possíveis de atuação para a política externa brasileira, e até mesmo para uma formulação de também possíveis políticas públicas no que se refere à políticas de inovação. Dentro do nosso referencial teórico¹⁸, temos que inovação é a combinação de novos meios produtivos (que na concepção clássica de Schumpeter consistem basicamente em Terra e Trabalho¹⁹) para criação de novos bens ou para a produção de bens de maneira mais eficaz e barata (Schumpeter, 1934). Logo, inovar é atender as demandas de uma maneira mais inteligente.

Dada à devida definição de inovação, cabe-nos agora uma contextualização. Como dito na introdução, estamos em um período de transição dentro de um escopo maior chamado globalização. Na realidade atual em que vivemos, temos uma ordem global pautada pelo desenvolvimento de tecnologias de ponta (principalmente as denominadas Tecnologias de Informação e Telecomunicações, além da biotecnologia, nanotecnologia e robótica) e pela “financeirização” do capital no centro hegemônico (Chesnais, 1996, 1998 e 2003) seguida pela valorização do capital financeiro (Cassiolato, et al, 2005). Dentro desta perspectiva de “Ordem Global Tecnológica”, vemos o surgimento de uma nova divisão mundial de desenvolvidos e subdesenvolvidos, de centro e periferia, a fronteira tecnológica, dentro do qual o conhecimento e a informação²⁰ são tidos como instrumentos de poder (não só econômico, mas inclusive de poder geopolítico estratégico) (Idem, 2005). Logo, em tal cenário é claro entender porque a cooperação é difícil de ser realizada: não é do interesse de nenhum Estado ou empresa divulgar e/ou compartilhar o seu bem mais precioso, que determina e define sua posição dentro do cenário internacional. Além de que, já acrescentamos aqui, devemos perder uma visão romântica sobre o tema, e compreender que

¹⁸ Defendemo-nos por utilizar esse referencial teórico de acordo com o que o próprio autor diz: o mesmo quadro teórico se encaixa em indivíduos de diferentes culturas (Schumpeter, 1934).

¹⁹ Schumpeter elucida claramente o porquê disso: ao tomarmos qualquer bem como exemplo, e buscarmos desde o início da sua cadeia produtiva, nos depararemos com um bem da terra para a produção deste bem exemplo (Schumpeter, 1934), por exemplo, um pão que teve origem no trigo.

²⁰ Diferenciam-se, sendo Informação os fatos ou as ações, e Conhecimento a absorção e interpretação crítica das informações e o aprendizado.

empresas visam o lucro como objetivo final em sua produção, e não o bem-estar e desenvolvimento da nação (CGEE, 2008).

Assim colocado, se temos que não é de interesse de um Estado cooperar nesse sentido (principalmente em transferência de tecnologia), resta-nos uma pergunta: é através de uma cópia dos Sistemas Nacionais de Inovação e das políticas públicas empregadas nos Estados Desenvolvidos que iremos nos desenvolver? Como resposta colocamos que não: não é através de um *benchmarking* ou até mesmo uma cópia fidedigna que iremos elaborar nosso SNI. Devemos nos desatrelar da grande estrutura hegemônica de pensamento, pois nossos problemas e variáveis são próprios e específicos, com demandas próprias que merecem referenciais novos para o entendimento (Arocena & Sutz, 2005).

Passada esta contextualização, passa-se a um dos pontos mais ambiciosos do texto: a análise teórica. Dentro da perspectiva schumpeteriana de compreensão da economia, temos o chamado Fluxo Circular da vida econômica em que se entende que, dentro de uma economia de trocas, existe um fluxo cíclico enquanto condicionado por circunstâncias dadas. Ou seja, existem períodos de crescimento econômico (devido ao desenvolvimento econômico que iremos tratar mais a frente) e períodos de crise próprios do capitalismo (estas ocasionadas devido a fatos sociais como guerras, revoluções, políticas públicas, etc.). (Schumpeter, 1942). Dentro dos períodos de crise, para que se volte a ter o crescimento econômico, se faz necessária a realização de uma inovação; e para tal, surge a figura do empresário, o agente econômico responsável por realizar uma “destruição criativa” dos meios produtivos vigentes, substituindo-o por um novo capaz de satisfazer as antigas demandas e mais, criar novas demandas – e educar os consumidores a deseja-las (Idem, 1934).

Nossa proposta é ampliar essa visão de Schumpeter, realizando uma analogia da figura do empresário inovador dentro da sociedade para o Estado brasileiro dentro do sistema internacional, corroborando com o que já fora mencionado de ser de suma importância a presença do Estado como agente indutor das inovações na nação, e em parte retornando ao paradigma do Estado Desenvolvimentista (observado em Cervo & Bueno, 2002), tido como o Novo-Desenvolvimentismo (mencionado no início do trabalho).

Colocado as intenções desta segunda parte do texto, prosseguimos. Para que tenhamos desenvolvimento econômico de acordo com Schumpeter, são necessários três itens:

- 1) Nova combinação de meios de produção. Na concepção clássica, como já dito, para se produzir (entendido como um meio de atender as demandas, as necessidades de satisfação das pessoas) precisamos de terra e trabalho. Essas duas forças produtivas em conjunto resultam em bens de consumo. Logo, destrói-se o modelo econômico vigente para a aplicação de um novo (exemplo da transição do Fordismo para o Toyotismo). É a inovação propriamente dita (considerada como o fenômeno fundamental da Teoria do Desenvolvimento Econômico, a força motriz desta – Schumpeter, 1934)
- 2) Crédito. É de crucial importância o crédito para se financiar todo esse processo de inovação. Sem crédito não existe inovação (assim como para qualquer atividade econômica).
- 3) Empreendimento somado aos empresários. Não basta inovar, o empresário inovador por si só não promove o desenvolvimento econômico. É crucial se articular a inovação com o setor empresarial e industrial, pois somente assim que de fato o bem será produzido e disponibilizado no mercado.

Realizando nossa expansão conceitual, colocamos que cabe ao Estado brasileiro promover essa nova combinação de meios de produção (em síntese através de um Sistema Nacional de Inovação forte e bem estruturado), revertendo grandes dispêndios e investimentos em Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento, mas não apenas em tecnologia agrícola, e sim em tecnologias de ponta da chamada “nova economia”²¹ (as que pautam a globalização e a nova ordem global tecnológica: Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs - e exploração de biotecnologia – Saraiva, 2007). Para isso, cabe ao Estado dar ênfase:

- Nas assimetrias de acesso ao progresso técnico como fator responsável pela diferenciação econômica, social e política entre países;
- Na importância da implementação de políticas públicas e privadas, dentro de uma perspectiva sistêmica e de longo prazo, para a superação do subdesenvolvimento;
- Na endogeneidade dos processos de aquisição e uso de conhecimentos e progresso técnico, a qual é vista como fundamental para a promoção do desenvolvimento;

²¹ "(...) O 'novo realismo' na política externa dos Estados não se constitui tanto na busca de supremacia militar, mas no sucesso, na atração e mobilização produtiva de enormes volumes de capitais disponíveis sob a forma de investimento direto estrangeiro. Também emerge, de modo triunfante, nesse cenário de difusão geopolítica do poder, mas de concentração de riquezas, uma 'nova economia', tendo como vetores centrais o comércio eletrônico e a biotecnologia." (Saraiva, 2007, p. 302).

- No reconhecimento de que o modo de inserção dos diferentes países na geopolítica internacional determina tais processos e de que o quadro macroeconômico de cada país condiciona as estratégias tanto públicas como privadas. (Lastres e Cassiolato, 2005)

Logo, o que é colocado como possibilidade é um novo processo de substituição de importações, como já observado na história do Brasil (Silva, 2004), e mais: a realização de um processo de substituição de exportações, deixando o legado de ser apenas um grande exportador de commodities e bens primários (como já idealizado nas décadas de 1960 e 70 – Idem, 2004).

No que se refere ao crédito, visualiza-se como possibilidade de fonte de crédito o Banco dos BRICS²². Idealizado no ano de 2012 na IV reunião de Cúpula em Nova Délhi - Índia, e com projeção de funcionamento para 2014, a proposta do banco é de fornecer recursos para atender projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nas cinco nações e, ainda, em economias emergentes (cabe destacar a importância que tem o banco para os BRICS: é um sinal evidente de que eles estão se sintonizando politicamente e se aproveitando das “fendas abertas pelas rachaduras” da arquitetura econômica internacional, como colocado na introdução). Assim, cabe ao corpo diplomático brasileiro um esforço no sentido de utilizar o projeto do Banco ao seu favor.

Por último, no movimento de articulação da inovação com o setor industrial e empresarial brasileiro que o Estado brasileiro encontrará umas das principais dificuldades. Por se tratarem de conglomerados industriais pouco dinâmicos, concentrados nas mãos de poucas famílias e pouco competitivos (Miranda & Tavares, 1999), temos uma grande dificuldade em se convencer este setor a inovarem. Políticas públicas que prezem a atração de investimentos privados à P&D teriam que ganhar força para que só assim se concretize este terceiro item citado por Schumpeter.

É importante frisar que a ideia de que as TICs iriam “globalizar” o conhecimento trata-se na verdade de uma ilusão, pois o que ocorre é o contrário, o conhecimento e a informação foram capitalizados, transformados em bens comercializáveis (mercadorias), e conseqüentemente são utilizados, como instrumentos de poder, inclusão e exclusão (Cassiolato et al, 2005). É necessário, como antes elucidado, compreender as diferenças dos SNIs de inovação do Norte e do Sul: o primeiro com articulação forte do setor privado com as universidades e institutos tecnológicos, e o segundo com graves problemas estruturais e baixa atratividade de capitais privados²³; ainda nessa linha de pensamento, devemos tratar de

²² Destaca-se ser essa uma visão própria do autor.

²³ Pois se tratam de investimentos de alto risco (CGEE, 2008).

desmistificar também o slogan estadunidense de intenção de formação de um “sistema industrial global integrado” (Arocena & Sutz, 2005), pois o que acontece é os subdesenvolvidos acarretaram apenas com os ônus dessa (falsa) globalização do conhecimento, sem a aquisição da tecnologia de ponta que entra em seus países, e com a flexibilização das suas leis trabalhistas e ambientais em favor do capital estrangeira (Cassiolato et al, 2005).

Dado o passo a passo do que leva ao desenvolvimento econômico, colocamos agora as dificuldades e necessidades por qual o empresário inovador deve se submeter, e no nosso caso, o Estado brasileiro (novamente visando uma forma de atuação via BRICS). Schumpeter (1934) nos mostra que são três as ações e obstáculos a serem executados e vencidos:

- A) Planejar: parece óbvio, mas temos que salientar, para que o empresário inove, é necessário que planeje, e tal planejamento sempre ocorre sem os dados disponíveis, logo, se trata de um investimento de riscos que deve levar em conta todas as possibilidades possíveis (Schumpeter, 1934). Não é diferente para um Estado, que deverá se propor a realizar políticas públicas e privadas de longo prazo mais extensas e complexas para a consolidação de seu SNI (Cassiolato et al, 2005). Identificamos outro fator agravante dentro deste quadro: por se tratar de uma democracia, com trocas constantes de governo, torna-se difícil realizar uma política pública de longo prazo que não leve em conta apenas interesses partidários, metamorfoseando-se em cada troca de governo (tal fato é constatado claramente na observação histórica do Brasil – Cervo & Bueno, 2002).
- B) Esforço mental: o empresário inovador deve realizar um esforço mental desgastante nesse exercício de planejamento e inovação, sendo poucos capazes de tais capacidades (Schumpeter, 1934). Novamente, o mesmo se aplica ao Estado; e no Brasil (assim como nos demais BRICS, em menor escala na África do Sul), temos o que se denomina “capital social”, ou seja, recursos humanos com disponibilidade de capacitação científica e tecnológica (Cassiolato et al, 2005), sendo então capaz de realizar tal esforço inerente à inovação (além de ser um país rico em recursos energéticos e minerais). Trata-se de aliar isso com o que fora dito no item “A”, as políticas públicas/privadas de longo prazo complexas que lidam com o tema.
- C) Constrangimento do meio social: todo indivíduo que se propõe a inovar sofre o que Schumpeter coloca como forças contrárias à inovação (Schumpeter, 1934).

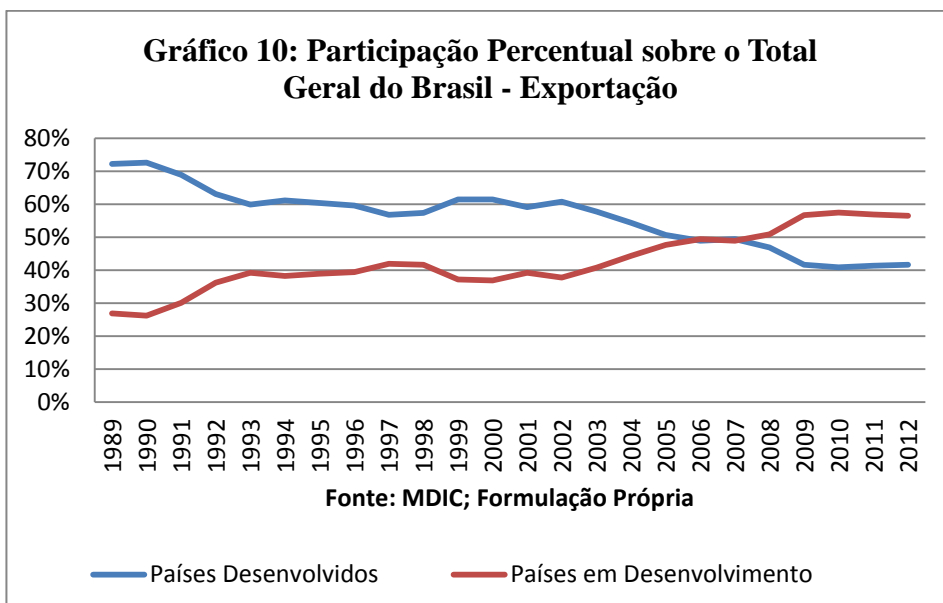
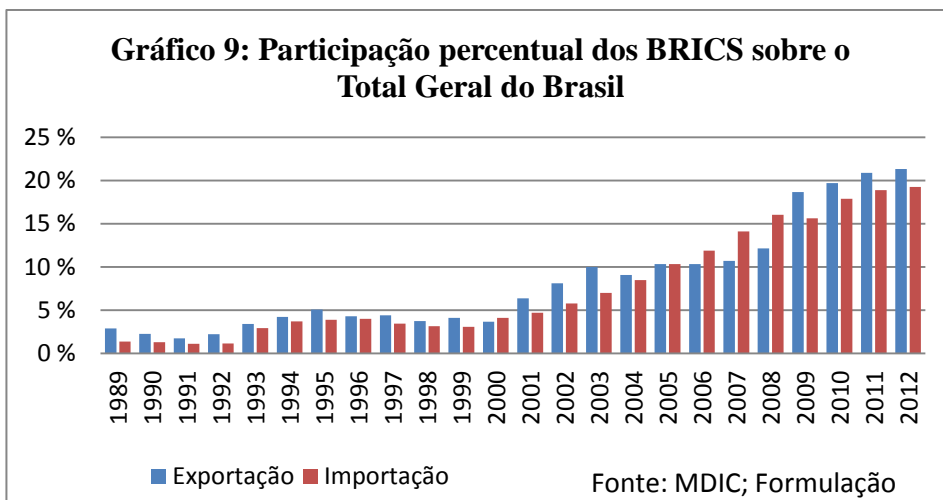
Tais forças existem devido: aos grupos ameaçados pela inovação – em uma economia de trocas e livre concorrência, um bem fruto de uma inovação que venha a entrar no mercado de forma a suscitar a competição entre diferentes produtores (e concorrentes) não é bem visto, pois esses últimos enxergam um fator de risco à sua produção e venda, buscando ao máximo inviabilizar a inovação de seu concorrente; a dificuldade para encontrar a cooperação necessária (muito devido ao que acabara de ser dito); e à dificuldade para conquistar os consumidores, que não estão preparados a alterarem seu comportamento econômico de consumo (Idem, 1934).

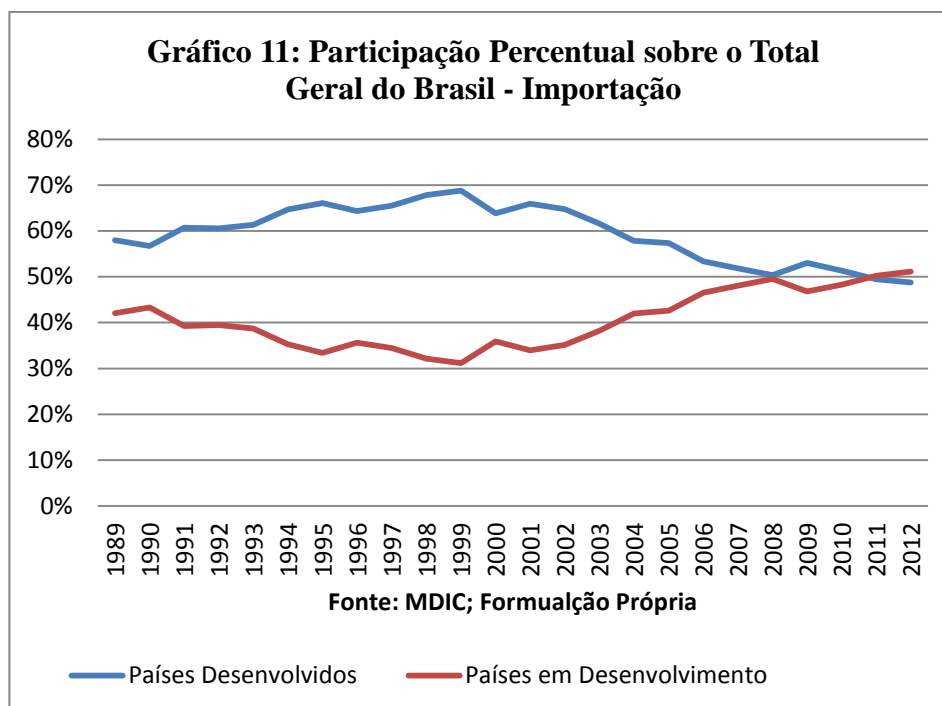
É nesse item “C” que iremos trabalhar agora. Ao longo do estudo para a formulação deste capítulo, ficou nítida a viabilidade de se expandir a Teoria do Desenvolvimento Econômico, e dentro do que colocamos como constrangimento do meio social quando se busca a inovação, enxergamos as forças contrárias presentes no cenário internacional quando Brasil e BRICS se propõem a inovar. Nos grupos ameaçados pela inovação, temos o centro tradicional da economia mundial – EUA e União Europeia. O Brasil buscar consolidar sua indústria de desenvolvimento de tecnologia de ponta, de Tecnologia da Informação e Comunicação e da Biotecnologia – ou seja, de acordo com a “nova economia” (Saraiva, 2007), estará ao mesmo tempo buscando uma competição com os conglomerados industriais desse centro. Mais ainda, o Brasil, juntamente com os BRICS (devidamente referenciado na introdução), buscar reformar a arquitetura internacional, inovando o uso das instituições multilaterais como instrumento benéfico também para os países em desenvolvimento, é um fator de competição e risco às potências tradicionais, as quais buscarão inviabilizar tal ação. E isso é o que vem sendo constatado, a exemplo das atitudes de “engessamento” (sabotagem?) das instituições financeiras internacionais por parte dos EUA, como a Organização Mundial do Comércio, o FMI e o G20 financeiro (essa atitude de engessamento acaba por “esvaziar” as instituições multilaterais²⁴, pois elas se tornam arenas inviáveis para negociações e acordos, fazendo com que os Estados parem de atuar por ela, sendo isso algo prejudicial para o Brasil, que preza sua atuação internacional através do multilateralismo – Cerro & Bueno, 2002).

Com efeito, em relação à dificuldade de se encontrar cooperação necessária, é exatamente dentro dos BRICS - indo além, dentro da cooperação Sul-Sul - que encontramos viabilidade de atuação para o Brasil, seja no quesito econômico (fluxo de montantes de

²⁴ O chamado “efeito BRICS”, como colocado pelo BRICS Policy Center, disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/New/Interna/37>.

dinheiro), seja no político, com ganho de legitimidade internacional (Baumann, 2010). E para expressar o primeiro quesito, os gráficos a seguir ilustram bem que a comércio exterior brasileiro já vem tomando rumos de preferência para o países em desenvolvimento (bem como para os BRICS).





Como observado, os principais países com que o Brasil realiza exportação e importação são os tidos como “em Desenvolvimento” (classificação e dados coletados no próprio Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Por fim, em relação à última dificuldade encontrada dentro do escopo “constrangimento social”, de conquistar novos consumidores, consideramos ser essa a mais fácil de ser superada. Dada as grandes demandas sociais, principalmente no setor da saúde, que temos no Brasil e nos BRICS, como já colocado, as inovações necessárias a serem realizadas seriam amplamente absorvidas pelo mercado consumidor desejado, no caso, a nação brasileira.

Para efeitos de conclusão desta segunda parte do trabalho, utilizamos o conceito de liderança empregado por Schumpeter, que surge em períodos de novas possibilidades:

“O que deve ser feito em uma emergência casual é, via de regra, muito simples. A maioria das pessoas ou todas elas podem vê-lo, no entanto querem que alguém fale claramente, lidere e organize. Mesmo a liderança que influencia meramente pelo exemplo, como a liderança artística ou científica, não consiste simplesmente em descobrir ou criar a coisa nova, mas em impressionar com ela o grupo social de modo a arrastá-lo em sua esteira. É, portanto, mais pela vontade do que pelo intelecto que os líderes cumprem a sua função, mais pela ‘autoridade’, pelo ‘peso pessoal’ etc., do que por ideias originais.” (Schumpeter, 1934).

Tal conceito vem de encontro com a atuação brasileira internacional, que busca se legitimar internacionalmente – e recebe tal legitimidade – com uma postura de líder dos emergentes (Cervo & Bueno, 2002). São vários os exemplos dessa atuação brasileira caracterizada mais pela vontade, pelo peso pessoal que possui o Brasil: dentro do G77 (grupo

dos 77 países mais desenvolvidos), no marco do G20 financeiro, recentemente com eleição de um brasileiro na presidência da OMC, entre outros. E ter como estratégia de política externa uma cooperação e atuação através da arena BRICS, corrobora com tal classificação de Brasil como líder, exatamente por ganhar ainda mais legitimidade de atuação, com maior autoridade política até mesmo dentro das instituições multilaterais (ainda que por muitas vezes os BRICS apresentem desarticulação na política internacional, como em votações contrárias entre si nas Assembleias Gerais da ONU), afinal:

“Ser uma grande potência nunca foi uma simples questão de possuir grandes montantes de poder material bruto. Esse status está intimamente relacionado a noções de legitimidade e autoridade. Um país pode reivindicar status de grande potência, mas a participação neste grupo depende do reconhecimento por parte dos outros: não só das outras grandes potências, mas também dos países menores e mais fracos dispostos a aceitar a legitimidade e autoridade daqueles no topo da hierarquia internacional.” (Hurrel, 2009).

2.2 OS SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO DOS BRICS: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL E PRÁTICA

Antes de partirmos para a continuação deste ponto do texto, faz-se necessária a devida definição acerca do que significa um Sistema Nacional de Inovação, e assim colocamos:

Sistema nacional de inovação é uma construção institucional, produto de uma ação planejada e consciente ou de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas, que impulsiona o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas. Através da construção desse sistema de inovação viabiliza-se a realização de fluxos de informação necessária ao processo de inovação tecnológica. Esses arranjos institucionais envolvem as firmas, redes de interação entre empresas, Agências governamentais, universidades, institutos de pesquisa, laboratórios de empresas, atividades de cientistas e engenheiros. Arranjos institucionais que se articulam com o sistema educacional, com o setor industrial e empresarial, e também com as instituições financeiras, completando o circuito dos agentes que são responsáveis pela geração, implementação e difusão das inovações. (Albuquerque, 1996, p.57)

Como vemos, trata-se de uma grande estratégia do Estado (consciente ou não) em se articular suas cadeias de produção de conhecimento (universidades, institutos de pesquisa, etc.) com as cadeias de produção de bens (setor industrial e empresarial), levando em conta a presença de suma importância das instituições financeiras, provedoras do crédito para tal articulação.

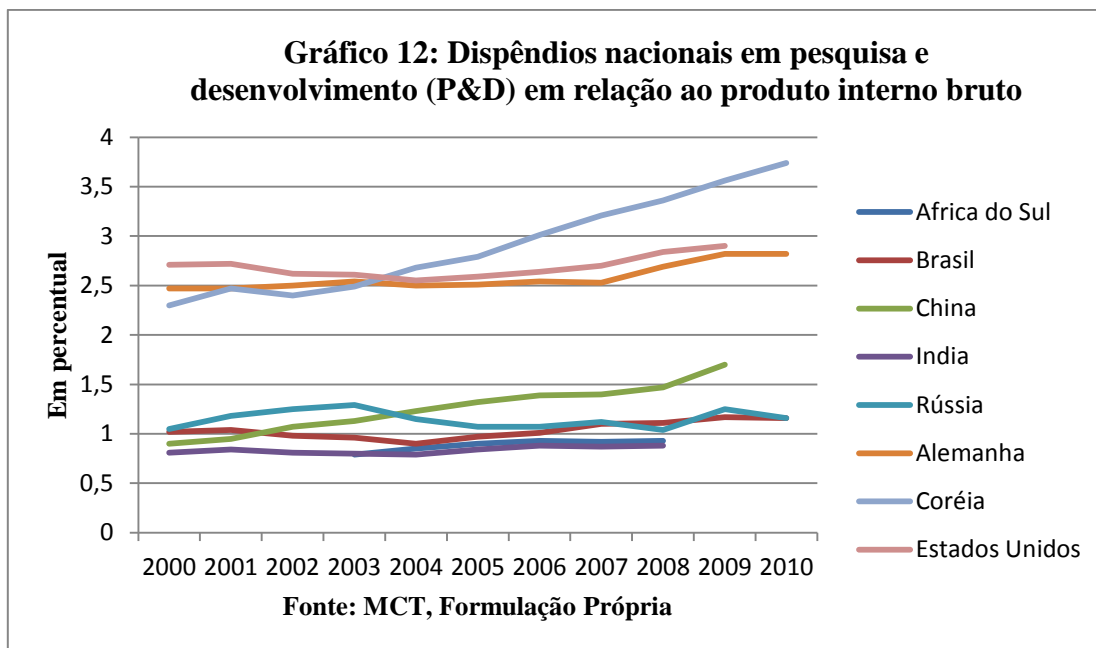
Em projeto intitulado Perspectivas do Investimento no Brasil (PIB, 2013), com o subtítulo Perspectivas do Investimento na Política Industrial dos BRICS, realizados pelos Institutos de Economia da UFRJ e UNICAMP, temos um extenso estudo acerca das políticas industriais desses países, seus pontos fortes e fracos, e a análise dos Sistemas Nacionais de

Inovação (SNI) de cada um. Partindo da definição colocada anteriormente, o problema apontado nos BRICS – com exceção da China – é a falta de um SNI desenvolvido, ou seja, a falta de articulação entre Ciência, Tecnologia (C&T) e Inovação e o setor produtivo desses países, principalmente no Brasil. Apesar deste último, de acordo com tal projeto, possuir uma cadeia produtiva bastante interligada com o cenário internacional (fator de vantagem em relação aos outros BRICS)²⁵, não possui grandes grupos nacionais que possam se tornar global players (empresas de nível para competição no comércio internacional), com as empresas crescendo e chegando em níveis críticos onde buscam se internacionalizar, limitando assim a geração interna de inovação²⁶. Soma-se isso uma tradição de longa data dos grandes conglomerados brasileiros estarem acumulados em poucos capitalistas, apresentando pouco dinamismo e poder de competição débil diante a concorrência internacional (Miranda & Tavares, 1999).

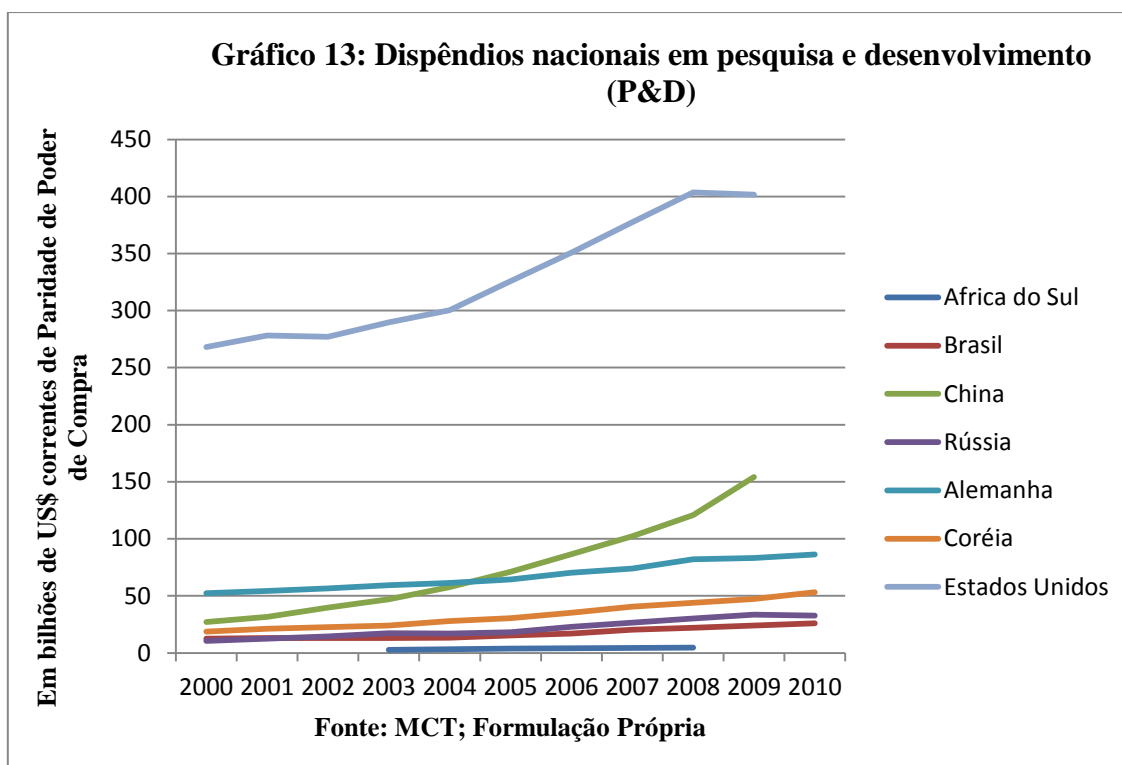
Outro tema importante, esse destacado em artigo de Ronaldo Mota intitulado “O Brasil, os BRICS e o cenário de inovação”, é a necessidade de o Brasil buscar C&T para a Inovação baseando-se nas demandas domésticas do país, aproximando assim as ciências com a sociedade, colocando na tecnologia e na inovação real e abrangente utilidade. Esses e outros pontos, como a baixa aplicação de capital privado em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (girando em torno de 46 % no Brasil, sendo ainda menor em países como a Rússia), baixos investimento em educação fundamental e superior e poucos registros de patentes no Escritório de Marcas e Patentes dos EUA (464 do Brasil em 2009, contra 224.912 dos EUA) são os agravantes quando o assunto é Inovação nos BRICS – apesar de dados como da China e sua alta aplicação de capital privado em C&T, e, juntamente com Índia, crescente número de registro de patentes estarem mostrando que esses países estão tomando as devidas medidas. Os gráficos a seguir expressam bem os números acerca do tema.

²⁵ Colocamos que isso também pode ser enxergado como uma falsa vantagem, ou ainda, uma desvantagem, tendo em vista que a cadeia produtiva brasileira que é internacionalmente interligada é de bens primários e commodities, ficando o Brasil condicionado à apenas produtor de tais bens, perdendo em competitividade as indústrias de tecnologia brasileiras.

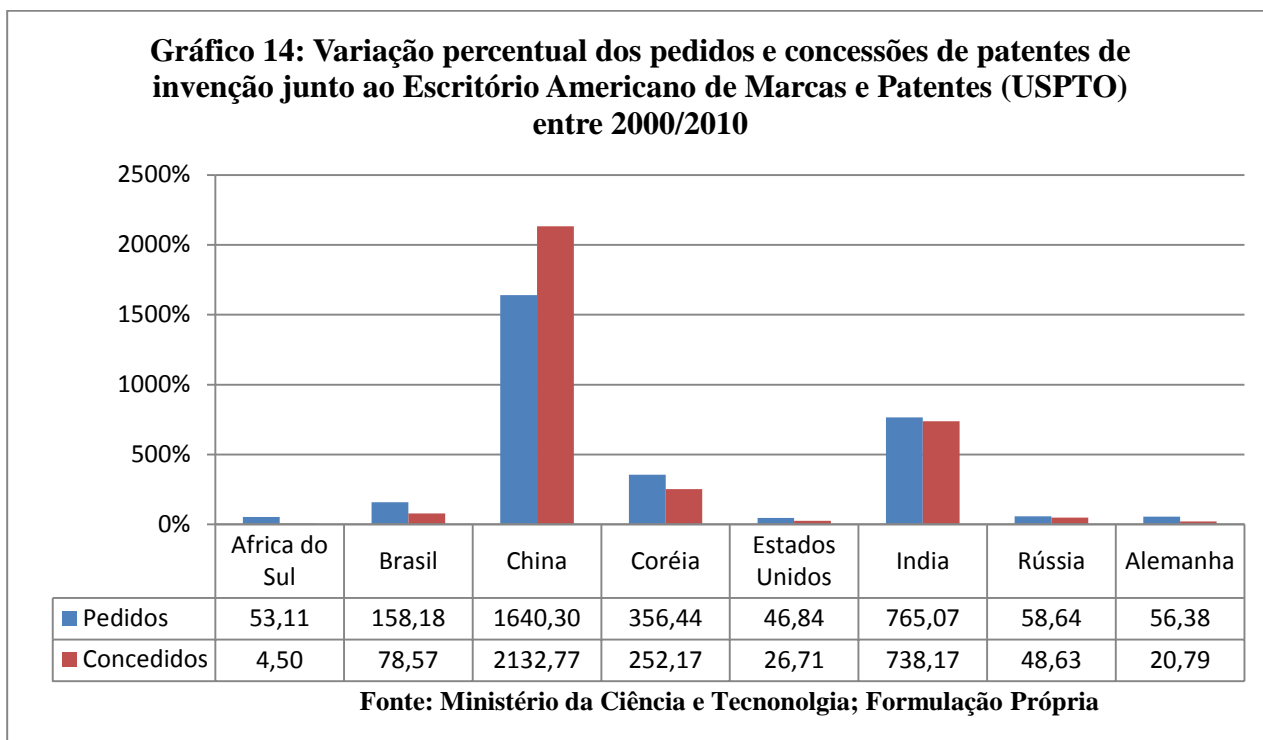
²⁶ Acontece que as condições para crescimento industrial no Brasil são estritas (seja por questões de políticas públicas ou por de investimentos financeiros), sendo assim tal limite rapidamente alcançado.



Aqui temos a comparação dos BRICS com outros três países com notável destaque de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação percentual ao produto interno bruto (PIB). Como nota-se, há um grande dispêndio em P&D nos países desenvolvidos (chegando a quase 4% do PIB no caso da Coreia do Sul) e o inverso nos BRICS (com percentual abaixo dos 2%, mas com a ressalva da tendência crescente do investimento chinês).



Mais uma vez observa-se um desempenho abaixo da média dos BRICS (e novamente com exceção da China), estando distantes do montante de dispêndio que possuem os EUA, com o maior investimento entre todos (na casa dos 400 bilhões de dólares correntes).

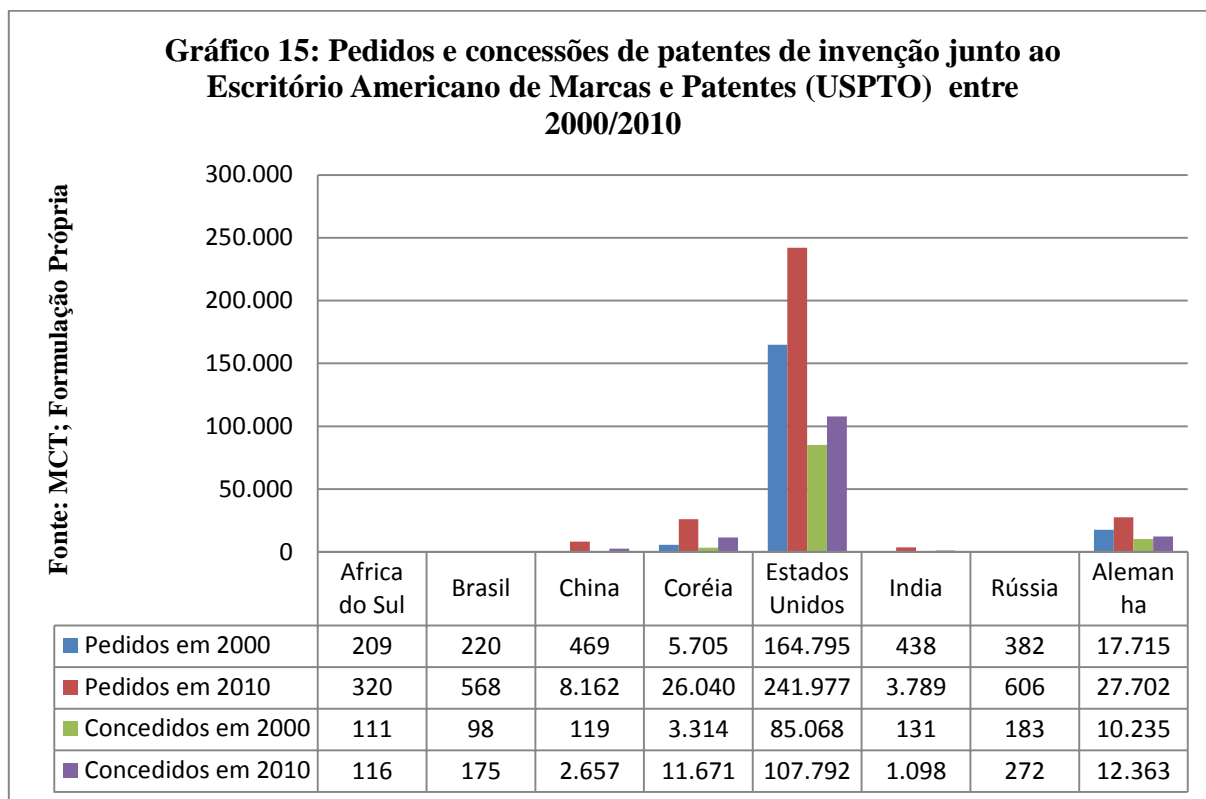


Aqui se revela nitidamente a discrepância que temos dentro dos BRICS, com ênfase da grande variação percentual no período de 2000 a 2010 para Índia (765% de aumento do número de pedidos de patentes e 738% de aumento do número de concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes – USPTO) e China (1640% de aumento para pedidos e 2132% de aumento para concessões).

Porém, ao observarmos a realidade dos números de pedidos e concessões de patentes, apesar de variação percentual maior de todos os BRICS (exceção da África do Sul) em comparação com dois dos três desenvolvidos escolhidos²⁷ (EUA e Alemanha) no quesito pedidos e concessões, ainda estão todos os BRICS bem distantes dos valores expressados pelos três selecionados (os dois mencionados e mais a Coreia do Sul). Nem a soma de todos os pedidos dos BRICS em 2010 (13.445 pedidos) supera o a Coreia do Sul (menor entre os selecionados com número de pedidos: 26.040), com o mesmo, consequentemente, ocorrendo

²⁷ Consideramos aqui a Coreia do Sul como um país desenvolvido, dados os grandes investimentos que possuem na área da Ciência e Tecnologia e da Inovação, itens que julgamos serem definidores de desenvolvimento ao longo de todo o trabalho.

nas concessões (BRICS em 2010: 4.318 concessões; Coreia do Sul em 2010: 11.671 concessões). O gráfico a seguir ilustra os pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO) entre 2000 e 2010.



Na iniciativa BRICS, já foram realizados a Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia & inovação (Dalian, 15 de setembro de 2011) e a II Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia & inovação (Pretória, 6 a 8 de novembro de 2012), iniciados a partir da Declaração Conjunta do Terceiro Encontro entre os Líderes dos BRICS em abril de 2011 (denominados na sigla em inglês como SOM: “Senior Official Meeting”).

Conforme o que fora deliberado com unanimidade nos Encontros:

“...as colaborações bilaterais e multilaterais entre os cinco países devem estar baseadas em:

→ trocas extensivas de estratégias, políticas e programas relacionados às áreas contempladas, em especial promoção a inovação, definindo prioridades potenciais, mecanismos e ferramentas;

→ os acordos devem ser baseados nos princípios da participação voluntária, igualitária e de mútuo interesse e reciprocidade, assim como de acordo com a disponibilidade de recursos dos países formadores; e

→ intenção de incremento de laços cooperativos que facilitem o desenvolvimento socioeconômico ancorados em ciência, tecnologia e inovação.” (Mota, 2011, p. 60 e 61)

Sendo assim, os cinco BRICS acordaram em:

“(i) assumir que ciência, tecnologia e inovação desempenham papel central e crescente na consolidação do processo BRICS, permitindo aumentar a qualidade de vida e a competitividade das nações envolvidas, propiciando maior capacidade de enfrentar os múltiplos desafios comuns; (ii) promover regularmente o SOM, viabilizando revisar periodicamente os planos estratégicos e definir as ações futuras e imediatas; e (iii) construir gradativa e crescentemente as colaborações entre os países nas áreas estratégicas definidas, incluindo: (a) intercâmbio de informações nas políticas da área, com especial ênfase nos programas de inovação e de transferência de tecnologia; (b) segurança alimentar e agricultura sustentável; (c) mudanças climáticas e prevenção de desastres naturais; (d) energias renováveis, novas energias e conservação; nanotecnologia; (e) pesquisa básica, como elemento imprescindível para inovação de qualidade e competitiva; (f) ciências aeroespaciais e aeronáutica, astronomia e imagens de satélites; (g) medicina e biotecnologia; (h) recursos hídricos e tratamento de poluição; (i) parques tecnológicos e incubadoras de empresas; e (j) aumento do fluxo de cientistas e de jovens universitários entre os países, estimulando os países a prover recursos em programas especiais de trânsito, bem como para realização de eventos comuns em temas de interesse mútuos. Sendo assim, existe um grupo com um membro integrante de cada país especificamente voltado para C&T e Inovação, garantindo continuidade e contínua avaliação dos trabalhos.” (Mota, 2011, p. 61)

Logo, ao menos em discurso, é claramente observado que itens como C&T, Inovação e P&D estão presentes na pauta da agenda de discussões dos BRICS, e é depositada grande expectativa sobre tal matéria para o fortalecimento do agrupamento. Os cinco países possuem suas especificidades, e aqui não poderia ser diferente, porém genericamente pode-se afirmar que todos possuem em comum a característica de uma dificuldade histórica de se produzir e transferir conhecimentos de ponta, mesmo que isso venha se alterando de diferentes formas e escalas em cada um deles (Mota, 2011).

Partindo da constatação de que tal realidade vem se transformando

“...é de suma importância observar e analisar as experiências dos RICS com o intuito de se imaginar iniciativas originais que incluam novas formas de articulação entre Estado e setor privado nacional e em formas de integração no sistema produtivo e o sistema de C&T que incluam não só o avanço tecnológico desses sistemas, mas também novas formas de financiamento de longo prazo do SNI brasileiro.” (PIB, 2009,p. 155)

Através de um estudo comparativo dos Sistemas Nacionais de Inovação nos BRICS realizado pela Global Research Network for Learning, Innovation and Competence Building Systems (Globelics)²⁸ constata-se um ponto de convergência importante observado entre o grupo: todos tem dado importante relevância à inovação em suas políticas de ciência e tecnologia. Ganham destaque China, Índia e Rússia (principalmente por grande investimentos

²⁸“Globelics is a worldwide, open and diverse community of scholars working on innovation and competence building in the context of economic development. The major purpose of the organisation is to contribute to academic knowledge creation and exchange in the field of innovation and development.” Disponível em: <http://www.globelics.org/>

em P&D e tecnologia militar – gerando os efeitos de “spin off”²⁹); Brasil desponta em um nível intermediário, e África do Sul conta com iniciativas de menor sucesso em seu SNI. Além dessa importância em comum, se destaca também um forte demanda em comum: problemas sociais estruturais e grande necessidade de saúde por parte das massas de populações pobres desses países. (Cassiolato, 2007).

Não obstante, cabe colocar uma importante constatação que este estudo elucida e que iremos enfatizar mais a frente no trabalho: o Estado como agente promotor da inovação. Ainda que no Brasil se tenha a imagem liberal de o mercado conduzir à competitividade, a tendência que se observa é exatamente a contrária. Comparando setores de suma importância a um SNI como o de telecomunicações, software e da indústria de defesa, visualiza-se que os melhores frutos são daqueles países em que o Estado participou ativamente na formulação de políticas públicas (estratégicas e conscientes) voltadas à inovação.

Discorrendo brevemente o que se revela de cada um dos BRICS, temos: no *Brasil* se destacam as áreas de pesquisa agroindustrial, exploração de petróleo e novas fontes energéticas (Idem, 2007). Na *Rússia*, temos o retorno do investimento em tecnologias energéticas (principalmente exploração de gás natural e petróleo) e no setor de defesa (com destaque para tecnologia balística e de lançamento de satélites), com forte presença de estatais atuando no SNI do país. Na *Índia*, com observável descentralização da P&D (vários polos com estratégias diferentes), é louvável o desenvolvimento de bens às camadas mais pobres da população (exemplo de carros com preços acessíveis) e o investimento na indústria farmacêutica (ponto muito bem explorado na iniciativa IBAS³⁰). Na populosa *China*, além da consolidada posição de grande competidora no setor de manufaturados, realizou-se um esforço diferente: investimento não apenas em pesquisa e desenvolvimento, mas na capacitação de trabalhadores, além de investimentos crescentes em defesa. (Idem). Por fim, na *África do Sul* se tem a especialização no setor de extração mineral (forte indústria de diamantes no país), com desenvolvimento de tecnologia de ponta nessa área, mas sem destaques para outras áreas, se encontrando muito atrás se comparado com os demais BRICS.

Apesar de constantemente as autoridades oficiais brasileiras ressaltarem a importância do desenvolvimento da área de Ciência e Tecnologia do país, e mais, que buscam estreitar os laços com os Estados Partes do BRICS via celebração de acordos que envolvam esse tema, pouco tem sido feito. Ainda que iniciativas recentes como o programa “Ciência sem

²⁹ Trata-se da absorção dos avanços das pesquisas militares nas tecnologias civis (Cassiolato et al, 2007), a exemplo do que aconteceu com a internet.

³⁰ Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

Fronteiras” tenham sido realizadas, ao mapearmos os acordos realizados no âmbito da cooperação científica, técnica e tecnológica, cooperação universitária e cooperação industrial (as três esferas interligadas e intrínsecas ao tema Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T & I), tendo como as universidades o ponto inicial de produção de tecnologia, e as indústrias como o outro lado do processo, as quais implementam e “fabricam” as tecnologias criadas) entre o Brasil e os demais BRICS, no deparamos com um cenário contraditório em relação ao discurso oficial: em três, dos quatro RICS (no caso Rússia, Índia e África do Sul) não foi possível mapear nenhum acordo em cooperação industrial, e em três dos RICS (aqui Índia, China e África do Sul) nenhum acordo em cooperação universitária, inclusive com queda do número de acordos realizados nessa matéria a partir de 2006, data da primeira reunião ministerial dos BRICS. Se consideramos que as relações bilaterais são arenas internacionais muito mais propícias para implementação de acordos e aprofundamento de convergência em temas sensíveis e estratégicos (por inevitavelmente envolver menos atores internacionais do que nas relações multilaterais, e logo menos divergências), observamos que da parte brasileira pouco, ou quase nada, foi feito no sentido de a Política Externa Brasileira corroborar com esse discurso oficial de ressaltar a importância da C, T & I também nas relações internacionais.

Logo, o que temos na arena de discussão do agrupamento BRICS (que não constitui um organismo internacional formal, mas apenas um espaço de diálogo, ficando assim muito difícil almejar trocas e intercâmbio de cunho científico e técnico/tecnológico), é mais um discurso de intenção, do que de ação, limitando-se somente à formulação e emissão de Cartas de Intenção entres esses países (por sinal, pouco divulgadas), e Memorandos de Entendimento em temas próximos e/ou correlatos ao tema C, T & I, como por exemplo, Memorando de Entendimento em Cooperação entre os Bancos Nacionais de Desenvolvimento dos países dos BRICS, o qual acaba por atingir também esse nosso assunto tratado.

A exceção fica com o Fórum de Diálogo IBAS (com Índia, Brasil e África do Sul), espaço consolidado em 2003, formalizado e, em comparação com o agrupamento BRICS, mais “institucionalizado”. Em tal Fórum, a realidade encontrada com o mapeamento de acordos foi positiva, no sentido de considerável número de Memorandos de Entendimento terem sido celebrados.

Como conclusão, as críticas que ficam são duas: uma para os formuladores da Política Externa Brasileira, os quais apresentam um discurso, e realizam na realidade outras práticas com outros interesses e focos, estendendo tal crítica para os gestores públicos do Estado brasileiro, que aparentam não enxergar interesse na consolidação de um Sistema Nacional de

Inovação estruturado e realmente inovador, ou seja, interesse em transformar o Brasil em uma potência tecnológica; e outra crítica para os estudiosos e pesquisadores brasileiros, pois após revisão bibliográfica acerca do tema, encontramos série de estudos tratando do mesmo, porém limitando-se apenas as características dos Sistemas Nacionais de Inovação de cada um dos BRICS, e não se aprofundando e realizando um “link” entre as potencialidades brasileiras e dos outros componentes do agrupamento, mostrando onde o Brasil poderia *de facto* aprender e ganhar com estes.

Parece-nos que, apesar de, ao menos no discurso, buscarem outras formas de ganhos uns com os outros além dos ganhos econômicos e políticos já existentes e reais entre os BRICS, ainda estes se limitam a essas duas esferas, caindo por terra por enquanto qualquer tentativa de convergência dos BRICS (arena multilateral de atuação) via cooperação internacional no âmbito científico-tecnológico.

Finalizando esta linha de raciocínio, cabe lembrar-se da questão das especificidades (econômicas, políticas, estruturais, produtivas, etc.) locais e regionais internas de cada país, se exigindo maior grau de complexidade das ferramentas analíticas e normativas. E o enfrentamento desse problema

“...envolve entender que o simples processo de crescimento econômico não conduziu à redução das desigualdades, muito pelo contrário. Além das limitações e vieses resultantes desta dissociação e antagonismo entre os objetivos do desenvolvimento econômico e social, outra questão de grande relevância é que geralmente a busca de rentabilidade privada privilegia os atores e regiões mais bem dotados de recursos e com densidade material e institucional, restando áreas marginalizadas ou pouco atrativas. A necessidade de ações que contribuam para a solução das desigualdades econômicas e sociais dentro e dentre países tem ganhado crescente destaque tanto nas instâncias políticas nacionais quanto nas internacionais.” (A lei da Inovação, 2007).

Como observado ao longo de todo o trabalho, a natureza do atual ciclo de acumulação do capitalismo, pautado pela “nova economia” e pela valorização do capital financeiro, nos levanta uma preocupação inerente à política externa brasileira: como será a atuação do Estado brasileiro diante de tal realidade?

Por isso, destacamos uma preocupação latente em todo o trabalho (ainda que não expressa claramente, pois a mesma é construída conforme se propõe a se trabalhar a estratégia do Brasil de relacionamento com os BRICS): perante essa constatação de que estamos em um período de transição da economia mundial, com o provável deslocamento dos EUA como pilar primordial para a ascensão da China como nova espinha dorsal da arquitetura financeira/econômica internacional, temos que nos atentar à hipótese de que poderia o Brasil estar transitando de uma posição de dependente de um eixo, para a posição também de

dependência para outro eixo, continuando assim na histórica condição de estar dependente de centro capitalistas produtores de manufaturados. Logo, considera-se ser de extrema relevância a atuação do Brasil via BRICS, porém é necessária tal reflexão acerca do tema, justamente por uma preocupação levantada ao longo da pesquisa sobre essa possibilidade de transição de dependência.

Diante de tal hipótese levantada, fica justificado o porquê de ser necessária uma pesquisa e um estudo sobre o tema, por entendermos ser esse um dos caminhos principais para o Brasil fazer “bom uso” do agrupamento BRICS. Independente das intenções brasileiras de ser o líder dos emergentes e de promover um sistema internacional mais justo e acessível (até mesmo equilibrado), nossa preocupação primordial é de cunho nacionalista, sempre se perguntando o que será melhor à nação brasileira. Logo, continuarmos como uma potência unicamente agrícola e exportadora de bens primários, atendendo aos interesses chineses de sermos fontes de recursos naturais e energéticos, estaria confirmando tal hipótese de permanecermos como dependentes da estrutura política econômica internacional (fazendo parte da Divisão Internacional do Trabalho).

Não obstante, destacamos uma atuação muito bem avaliada e positiva do Brasil dentro do âmbito BRICS: a reforma na “Ordem Mundial da Saúde”, pautada através da Organização Mundial da Saúde. Tal Ordem, que em muito fora construída devido aos Acordos sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), dentro da OMC – tema intrínseco na matéria da Ciência, Tecnologia e Inovação – que regula a questão do Direito à Propriedade Intelectual, priva constantemente as nações mais pobres e com estrutura de saúde precária a terem um acesso justo e barato de medicamentos a diversas doenças, que ferem acima de tudo a dignidade humana. E, através de grande esforço diplomático dos países BRICS, tal ordem começa a sofrer mudanças, a exemplo dos casos de sucesso de quebra de patentes de medicamentos de combate à AIDS, malária, entre outros, que são de extrema valia às populações desses países, principalmente as mais necessitadas (Andelinovic, 2013). Destaca-se ainda nesta perspectiva, mais uma vez, a atuação do Brasil, Índia e África do Sul dentro do Fórum de Diálogo IBAS (os quais inclusive possuem acordos pertinentes ao tema estudado neste trabalho).

Ao longo de todo o texto, acabam por surgir mais dúvidas e novas hipóteses acerca deste campo de estudo tão amplo quanto suas possibilidades. Lembramos ser isso um fato natural de toda a pesquisa, que não visa uma resposta final, mas sim contribuições que venham a agregar ainda mais a ciência como um todo.

Colocamos como observação, uma reflexão própria do autor: se a atual ordem global (bem como sua transição) é pautada por “valores e normas” determinados pelo denominado centro da economia e política internacional, e ao longo da história mundial, se constata que sempre fora o centro determinando essa ordem, seria o caminho certo realmente esse de inovarmos e implementarmos essa “nova economia” no Brasil? Não estaríamos apenas fortalecendo tal ordem global separatista, criadora de fronteiras tecnológicas e excludentes? Afinal, o Estado Hegemônico, observando tal movimento dos “excluídos” de reação, iria prontamente reformular sua estratégia de consolidação da ordem global, e por estar economicamente e materialmente à frente dos demais, teria muito maiores chances de sucesso em suas ações de política externa.

Podemos incluir a possibilidade do surgimento de um novo Centro ou Ciclo Hegemônico, de contestações e/ou potências revisionistas que levassem ao declínio da ordem global estabelecida pelo antigo Hegemônico, porém nos parece longe tal possibilidade ao Estado brasileiro (dada condições estruturais, materiais e econômicas). Sendo assim, fica a nossa cogitação: não deveria – ou ao menos poderia - o Brasil atuar de maneira diferente ao que vem sendo caracterizada a política e a economia internacional, talvez através de uma revolução cultural, ou social? Trataria de inovação apenas através do fomento das TICs, da biotecnologia e demais “tecnologias”, ou também de um desenvolvimento econômico humano, de uma ciência humana, com investimentos não só em ciência e tecnologia, mas também em humanidades, artes, etc.? De todo fato, tais reflexões por si só demonstram a necessidade de profissionais e acadêmicos que se voltem ao assunto.

3. A RELAÇÃO BRASIL – CHINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA CONSTRUÇÃO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA PELA TECNOLOGIA CHINESA

3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DO OBJETO

Realizando um breve retrospecto do trabalho até aqui, temos que a política externa brasileira atualmente tem como um dos pilares de inserção internacional a estratégia da Cooperação Sul-Sul, onde através de um cálculo racional o Estado brasileiro chega à conclusão de possuir mais vantagens do que desvantagens. Posteriormente, ao analisar-se um tema sensível para o desenvolvimento econômico do país, que é o investimento e o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, constata-se que a retórica oficial e a prática encontram-se em patamares distintos, e que, mais do que isso, ao o Brasil adotar na arena BRICS um espaço de atuação internacional – dando por vezes preferencia ao agrupamento em detrimento à outros parceiros políticos e comerciais -, acaba por desenvolver uma relação de dependência econômica com o parceiro China, algo colocado aqui como negativo para o país, bem como para o seu desenvolvimento econômico, principalmente na área supracitada (que necessita de alto grau de autonomia e inovação nacional). Partindo disso, esse capítulo analisa quantitativamente e qualitativamente a construção dessa nova dependência.

Ao longo de todo o trabalho, com todas as estatísticas e dados apresentados, fica evidente a disparidade de todos os membros do agrupamento diante a China: praticamente em todos os indicadores econômicos o Estado Chinês encontra-se a frente dos demais BRICS. Diante de tal fato, iremos trabalhar esse último capítulo com a análise da relação econômica/comercial (e de certo modo, política) do Brasil com a China, trazendo a tona dados estatísticos alarmantes para o desenvolvimento econômico brasileiro³¹.

Como colocado ao final do segundo capítulo, a hipótese do surgimento da dependência do Brasil para os produtos manufaturados chineses começou a ser construída ao longo de todo o trabalho. Para prosseguir-se com tal ideia, definir-se-ia o conceito de dependência e tratar-se-ia do último “centro capitalista” ao qual o Brasil fora dependente: os Estados Unidos da América (EUA).

Como dependência, convém colocarmos o significado aferido por Dos Santos (1970) para fins de continuidade:

³¹ Por mais verdadeira que seja essa afirmação, tem-se que levar em conta o fato de elites capitalistas – principalmente agrárias – brasileiras se beneficiam de tal condição, sendo as mesmas detentoras de grande poder aquisitivo e de influência política, tornando isso um agravante para que tal situação prospere adiante.

By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. (Dos Santos, 1970, p.231).

Essa é exatamente a situação na qual se encontravam o Brasil no período de dependência com os EUA, praticamente da década de 1930 até o início do século XXI, como se observa em Bueno & Cervo (2002). A situação econômica brasileira ficava condicionada ao desenvolvimento econômico norte-americano, seus interesses e suas dinâmicas de expansão, tornando-a assim dependente. Por isso, é importante destacar que não depende apenas do empresariado, muito menos do Estado brasileiro fomentar a ciência e tecnologia nacional - ou até mesmo outras iniciativas de fomento ao desenvolvimento econômico - ambos são constrangidos e condicionados pela atual estrutura imposta pelos Estados Centrais, estando o Brasil hoje na semiperiferia (Vieira & Ferreira, 2013).

Além disso, é importante definir como se dá a relação comercial de um país caracteristicamente dependente de um centro capitalista: trocas de bens primários (commodities em geral) por manufaturas com alto valor agregado, com notável *deterioração dos termos de troca* ao longo prazo³², fenômeno prejudicial ao desenvolvimento das economias latino-americanas (Colistete, 2013).

Com efeito, segue dados de como se dava as relações comerciais do Brasil com os EUA nos anos 1990³³ (no qual ainda era o principal parceiro comercial brasileiro), segundo o perfil do produto:

El perfil del producto será evaluado según su contenido tecnológico.[...] se tomará la clasificación de la cepal: a) productos primarios, incluyen principalmente alimentos, madera, carbón, petróleo crudo, minerales, etcétera; b) manufacturas basadas en recursos naturales, que incluyen principalmente bebidas, productos en madera, metales básicos (excepto acero), derivados del petróleo, cemento, piedras preciosas, vidrios etcétera; c) manufacturas basadas en baja tecnología que incluyen fundamentalmente productos de la industria textil, manufacturas de cuero y similares, cerámica, muebles, joyería, productos plásticos, etcétera; d) manufacturas basadas en media tecnología que incluyen, entre otros, vehículos de pasajeros y sus partes, fibras sintéticas, vehículos comerciales en general, motocicletas, productos químicos en general, fertilizantes, plásticos, hierro y acero, maquinaria, motores, máquinas industriales simples, barcos, relojes, etcétera y, finalmente: e) manufacturas basadas en alta tecnología, destacando máquinas para procesar datos y computadoras en general, equipos de telecomunicaciones, equipos de televisión, artículos farmacéuticos, turbinas, transistores, aviones, instrumentos ópticos y de precisión, máquinas fotográficas, etcétera. (Mattos & Carcanholo, 2012)

³² Economias baseadas primordialmente em bens primários possuem centros industriais menos dinâmicos, desenvolvidos e, logo menos competitivos, os quais, quando expostos ao mercado internacional, tem o valor de seus produtos manufaturados deteriorados, pois possuem qualidade inferior e baixa aderência em outros mercados consumidores.

³³ Data escolhida por ser o período do início do mandato de Fernando Collor, o qual tinha como diplomacia a “Década Bilateral”: parceria estratégica com os EUA (Bueno & Cervo, 2002).

Gráfico 16: Exportação do Brasil para os EUA - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 1990.

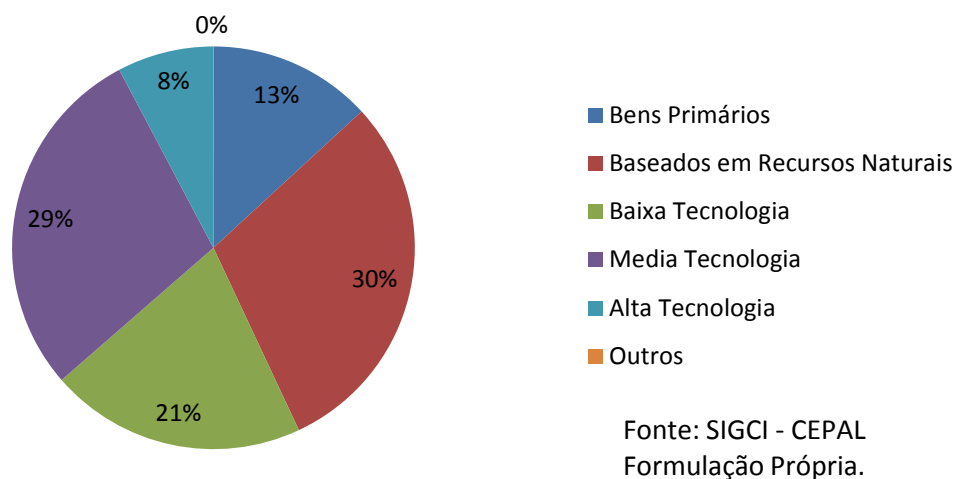
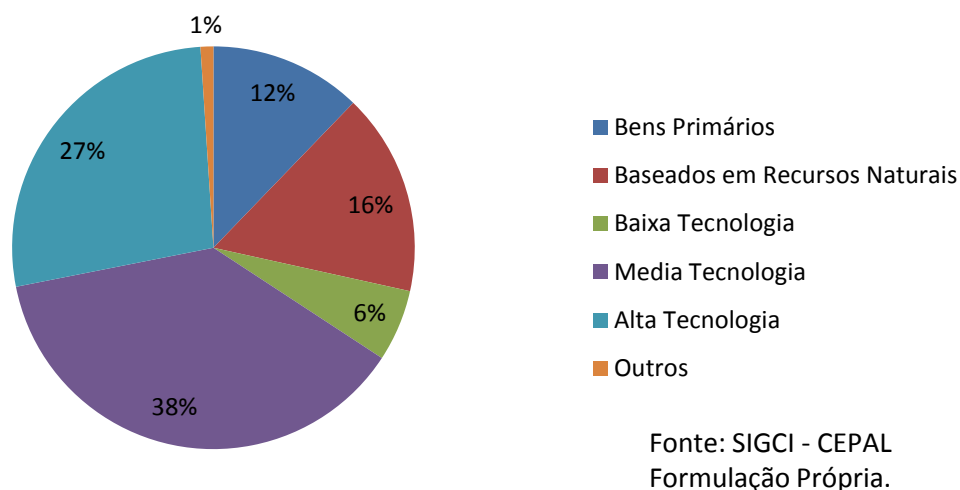


Gráfico 17: Importação dos EUA para o Brasil - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 1990.



Como se observa no primeiro gráfico, é grande a presença de bens primários e produtos manufaturados baseados em recursos naturais, totalizando os dois juntos mais 43% da pauta exportadora brasileira. Exemplificando o fenômeno da dependência, o segundo gráfico nos mostra como a importação brasileira é em sua grande maioria composta por bens manufaturados, principalmente de média e alta tecnologia incorporada, chegando a 65% do

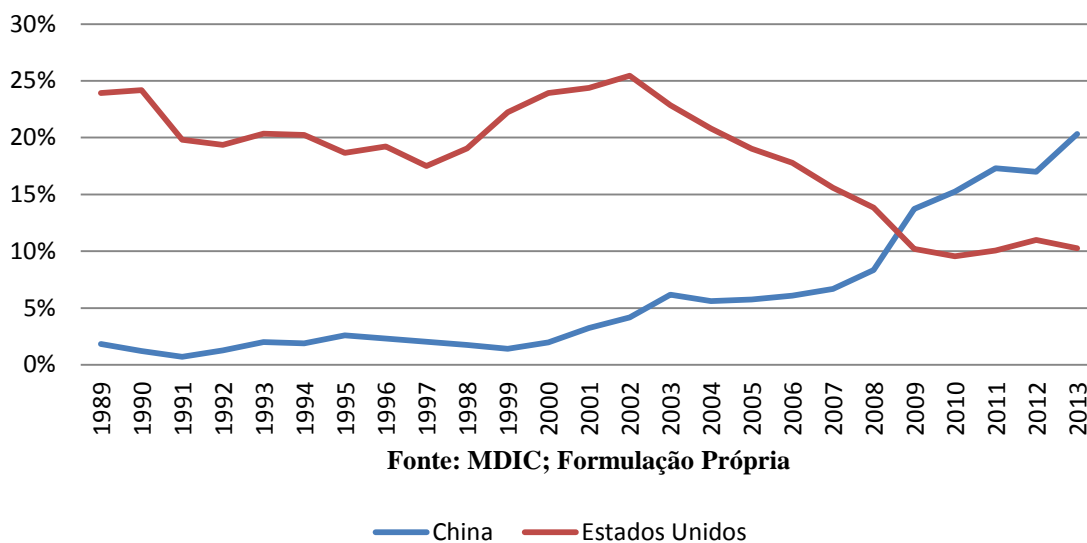
total das importações com os EUA. Por vezes, o Brasil exporta um bem primário como o óleo bruto do petróleo, para importar o óleo diesel refinado (MDIC), saindo claramente prejudicado de tal troca, por mais que o saldo comercial (exportação menos importação) seja positivo.

Porém, cabe destacar que na pauta de exportação há um grande número de bens manufaturados de média tecnologia (29%), mostrando ser essa uma relação mais *branda* de dependência. Mas a porcentagem de exportação dos bens com alta tecnologia aplicada (8%) encontra-se bem distante da porcentagem de importação dos mesmos bens (27%). Há ainda de se analisar que, parte dos bens que compõem o item “média tecnologia” é do setor de automóveis, os quais em sua maioria são companhias estrangeiras, de tal forma que o capital investido e/ou o dividendo é reenviado para o exterior, deixando o Brasil de aproveitar ganhos com esse item.

Tem-se a ciência de que, por serem os EUA um país com a economia baseada essencialmente no setor industrial, principalmente de média e alta tecnologia agregada ao produto (como ilustrado no capítulo 2, é o país com o maior investimento no setor de Pesquisa e Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), uma relação comercial não seria muito distinta a essa com a qual no deparamos; principalmente da data colocada (1990), onde despontam como pioneiros no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (como já colocado no trabalho, responsáveis em grande parte pela determinação da posição econômica dos países no mundo). Porém, cabia ao Brasil pensar em estratégias e alternativas de parcerias econômicas, com o intuito de evitarem a situação de dependência. Isso ocorrera, entretanto, os próximos dados esclarecerão que tais medidas não foram mantidas, ou ainda, foram mal sucedidas.

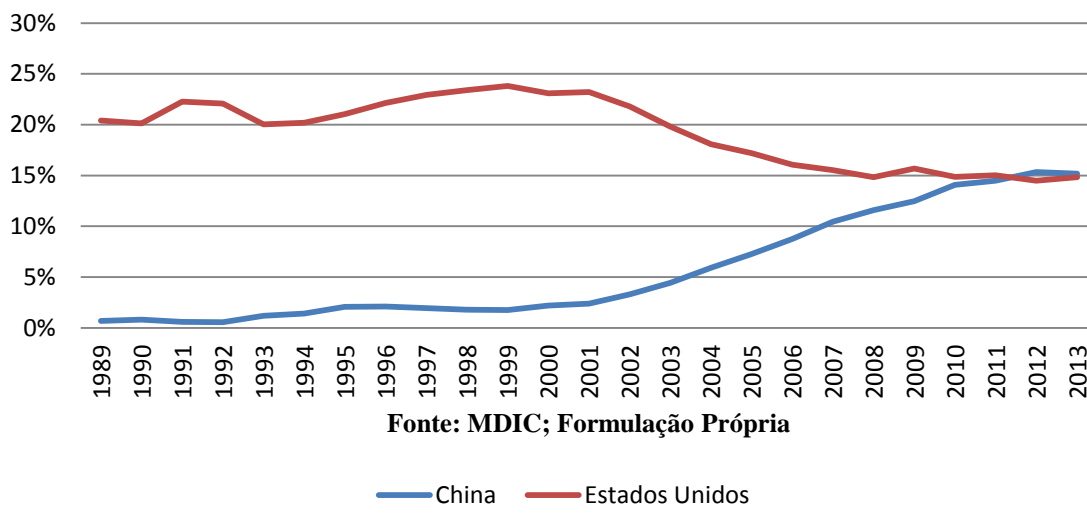
Partindo para o período de transição dos EUA como principal parceiro comercial brasileiro para agora a China ocupar tal posto, seguem os dois gráficos a seguir:

Gráfico 18: Comparativo das exportações do Brasil para a China e para os EUA (em porcentagem sobre o total das exportações brasileiras).



Por mais que não tenha alcançado número de 25% do total de exportações, a China já possui a maior porcentagem como mercado destino das exportações brasileiras, com clara tendência de crescimento. Atentar ao período a partir de 2002, com o início do mandato de Lula da Silva e da diplomacia da diversificação de parcerias (Moreira, 2013), onde se observa a maior ascensão dos indicadores chineses.

Gráfico 19: Comparativo das importações do Brasil da China e dos EUA (em porcentagem sobre o total das importações brasileiras).



Aqui a diferença não chega a ser tão evidente, com a China ultrapassando os EUA como principal parceiro de importação somente em 2012, ficando com porcentagem próxima em 2013. Cabe destacar que ainda hoje o Brasil possui balanço comercial positivo com ambos os seus principais parceiros, principalmente devido ao bom momento no cenário internacional para a valorização do preço das commodities e dos bens naturais; porém, como iremos ilustrar isso não tem se demonstrado como vantagem suficiente para que se mantenha tal estrutura comercial.

Logo, entrando na perspectiva da “dependência” Brasil-China, as tabelas a seguir demonstram os dados das relações comerciais do Brasil com o mundo, realizando um comparativo entre EUA, América Latina, China, União Europeia³⁴ e o total mundial. Primeiro, uma tabela com o destino das exportações brasileiras, e o perfil dos itens exportados (seguindo a mesma classificação anterior: bens primários e bens industrializados, os quais podem ser baseados em recursos naturais, com baixa tecnologia, com tecnologia média, ou com alta tecnologia³⁵). Depois, uma tabela semelhante, mas tratando das importações brasileiras junto a esses parceiros comerciais.

Tabela 8 - Perfil e destino das exportações brasileiras (em %):

Brasil 1990	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
EXPORTAÇÕES: US\$31.411.257.340						
Produtos Primários	1.2	3.2	0.2	15.0	8.5	28.1%
Bens Industrializados	10.3	21.5	1.0	18.5	19.3	70.6%
Baseados em Recursos Naturais	2.3	7.4	0.4	8.5	7.3	25.9%
De baixa tecnologia	1.6	5.1	0.2	3.6	4.2	14.7%
De tecnologia média	5.5	7.1	0.4	5.4	7.3	25.7%
De alta tecnologia	0.9	1.9	0.0	1.0	0.5	4.3%
Outras transações	0.0	0.0	0.0	0.1	1.2	1.3%
Total	11.5	24.7	1.2	33.6	29	100%
Brasil 2000	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
EXPORTAÇÕES: US\$55.118.914						
Produtos Primários	1.7	1.9	1.3	12.5	6.5	23.9%

³⁴ Composta por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.

³⁵ Esses três últimos também podem ser classificados, respectivamente, como: intensivos de mão-de-obra, produzidos em grande escala e intensivos de ciência e tecnologia de ponta. (Mattos & Carcanholo, 2011).

Bens Industrializados	22.6	22.4	0.6	16.4	12.1	74.1%
Baseados em Recursos Naturais	4.3	5.8	0.25	6.7	6.7	23.7%
De baixa tecnologia	4.1	3.9	0.1	2.6	1.4	12.1%
De tecnologia média	11.0	6.5	0.15	4.2	3.2	25.1%
De alta tecnologia	3.2	5.5	0.1	2.9	0.8	12.5%
Outras transações	0.0	0.0	0.0	0.1	1.9	2.0%
Total	24.3	24.3	1.9	29	20.5	100%

Brasil 2012	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
EXPORTAÇÕES: US\$242.579.776.000						
Produtos Primários	2.8	3.4	14.0	10.4	17.2	47.8%
Bens Industrializados	16.2	7.5	2.9	10.0	11.9	48.5%
Baseados em Recursos Naturais	3.2	2.4	1.6	4.6	7.6	19.4%
De baixa tecnologia	2.1	0.7	0.2	1.2	0.8	5.0%
De tecnologia média	9.5	3.4	0.6	2.9	2.9	19.3%
De alta tecnologia	1.4	1.0	0.5	1.3	0.6	4.8%
Outras transações	0.2	0.1	0.0	0.5	2.9	3.7%
Total	19.2	11.0	16.9	20.9	32	100%

Fonte: SIGCI – CEPAL.

Como primeiro ponto, uma análise dos itens “bens primários” e “alta tecnologia”: de 1990 a 2000, chegou a ter um declínio desse item na pauta de exportação brasileira (de 28.1% para 23.9%), bem como dos bens industrializados baseados em recursos naturais (7.3% para 6.7%), com um aumento significativo da exportação de bens de alta tecnologia agregada (de 4.3% para 12.5%), sendo os EUA o principal mercado destino desse item. Porém, os dados do ano de 2012 demonstram uma sensível diminuição da exportação de todos os itens com tecnologia agregada³⁶ (com alguns dados menores aos apresentados em 1990), ao passo que ocorre a duplicação dos bens primários exportados (47.8%), com agora a participação intensa da China (principalmente nesse item – 14%).

Logo, como se observa, “o saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra superávits crescentes nos produtos primários e nas

³⁶ Inclusive para a América Latina, um dos principais destinos dos bens industrializados brasileiros com maior tecnologia incorporada.

manufaturas intensivas em recursos naturais” (IPEA, 2011), ao mesmo tempo em que nas “demais categorias (baixa, média e alta tecnologia) ocorre um aprofundamento do déficit comercial, particularmente para no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica” (Idem, 2011).

Trata-se da *reprimarização* da pauta de exportação brasileira, ou seja, aumento da exportação de bens primários (os quais antes haviam apresentado diminuição percentual em relação ao total), da qual surge a hipótese de reprimarização da cadeia produtiva brasileira e do fenômeno da desindustrialização. Porém, por serem hipóteses por si só complexas, não iremos aprofundar no tema.

Outro ponto a se relevar é o gradual declínio da participação da União Europeia como mercado destino, e aumento considerável de outros países do mundo, não tido como principais parceiros. Mais uma vez, em 2012, observa-se a grande presença de bens primários e bens industrializados baseados em recursos naturais, com os bens de tecnologia média como terceiro principal item (2.9% para os dois destinos). Há de se destacar a diminuição para menos da metade da participação dos EUA como mercado destino (de 24.3% em 2000 para 11% em 2012), e o grande aumento da participação das exportações brasileiras no comércio internacional (242 bilhões de dólares americanos em 2012).

Como explicações das variações que ocorrem na tabela têm-se a própria estratégia brasileira de cooperação Sul-Sul, notavelmente após os anos 2000. Enquanto nos anos 1990 a América Latina recebia apenas 11.5% das exportações brasileiras, uma década depois essa porcentagem duplica, chegando a 24.3% e igualando o ainda principal parceiro comercial, EUA; logo, nota-se o impacto da consolidação do MERCOSUL e no investimento em processos de integração regional na pauta de exportação brasileira. Já em 2012, como resultado da já mencionada Cooperação Sul-Sul³⁷, observa-se o exponencial crescimento da China como receptora dos produtos brasileiros (aumenta em oito vezes, tornando-se, como já mencionado, o principal parceiro comercial), grande aumento da participação de “outros” países como mercados destinos (demais países asiáticos, países africanos e do Oriente Médio).

Na próxima tabela, os dados sobre as importações brasileiras, com a mesma classificação, países parceiros e anos escolhidos.

Tabela 9 - Perfil e origens das importações brasileiras (em %):

³⁷ Importante ressaltar que, apesar de ser mais presente nos governos de Lula, a inclinação do Brasil para com outros parceiros no mundo (bem como os BRICS) já inicia-se na administração de Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, 1998.

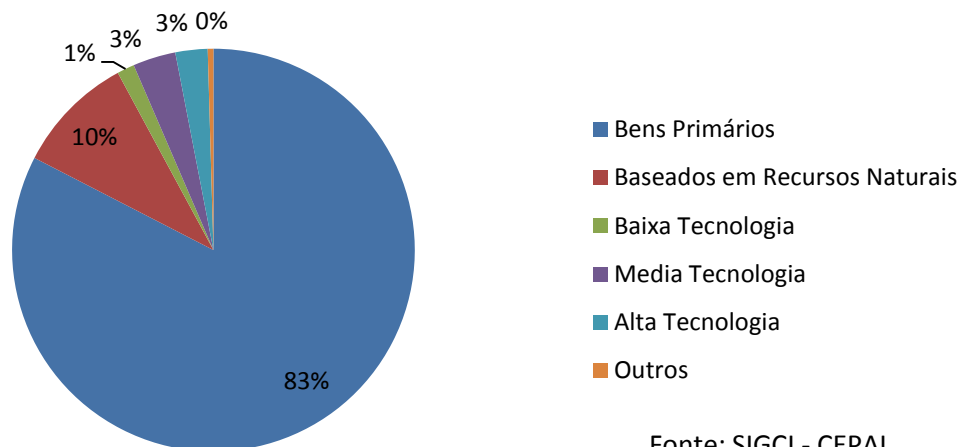
Brasil 1990	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$22.458.519.600						
Produtos Primários	7.3	2.5	0.5	1.4	23.5	35.2%
Bens Industrializados	10.3	17.4	0.5	21.1	15.0	64.3%
Baseados em Recursos Naturais	5.5	3.3	0.2	4.8	3.4	17.0%
De baixa tecnologia	1.6	1.2	0.1	1.7	1.2	5.7%
De tecnologia média	2.4	7.6	0.1	10.8	6.0	27.1%
De alta tecnologia	0.8	5.4	0.1	3.8	4.4	14.4%
Outras transações	0.1	0.2	0.0	0.2	0.0	0.5%
Total	17.7	20.1	1.0	22.7	38.5	100%
Brasil 2000	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$55.850.546.400						
Produtos Primários	8.6	0.8	0.1	0.7	4.8	15.0%
Bens Industrializados	12.4	22.4	2.0	26.0	21.7	84.5%
Baseados em Recursos Naturais	4.9	3.6	0.4	5.0	6.2	20.1%
De baixa tecnologia	1.1	1.3	0.4	2.0	1.6	6.4%
De tecnologia média	5.5	8.7	0.3	12.1	7.1	33.7%
De alta tecnologia	0.9	8.8	0.9	6.9	6.8	24.3%
Outras transações	0.1	0.1	0.0	0.1	0.2	0.5%
Total	21.1	23.3	2.1	26.8	26.7	100%
Brasil 2012	A.L.	EUA	CHINA	U.E.	OUTROS	TOTAL
IMPORTAÇÕES: US\$223.149.128.000						
Produtos Primários	4.4	1.0	0.2	0.4	8.2	14.2%
Bens Industrializados	12.3	13.6	15.1	21.9	22.7	85.6%
Baseados em Recursos Naturais	3.9	3.9	1.7	4.6	5.7	19.8%
De baixa tecnologia	0.8	0.8	3.3	1.9	2.6	9.4%
De tecnologia média	6.9	6.2	4.6	10.7	9.4	37.8%
De alta tecnologia	0.7	2.7	5.5	4.7	5.0	18.6%
Outras transações	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2%
Total	16.7	14.6	15.3	22.3	31.1	100%

Fonte: SIGCI – CEPAL.

Aqui a estratégia da Cooperação Sul-Sul e da formulação da América Latina como uma plataforma de inserção internacional já não realizam tanto impacto como no quadro de exportações, devido ao viés que possui a pauta de importação brasileira (de bens com maior intensidade tecnológica), ou seja, os produtos que o país compra não são produzidos pelos seus parceiros do “Sul” (principalmente pelos Latino-americanos). Nesse caso, o aumento da presença chinesa na pauta de importação brasileira dá-se muita mais devido ao processo de desenvolvimento chinês – o qual demanda grande quantidade de insumos agrícolas e minerais, suprindo essa necessidade com a produção de países como o Brasil – do que as estratégias de inserção internacional brasileiras. Mesmo diminuindo, a participação de parceiros tradicionais como os EUA e a União Europeia continua grande, e o aumento de “outros” países dá-se muito por conta dos demais parceiros asiáticos (Japão, Tigres Asiáticos, entre outros).

Como se pode observar, excetuando o ano atípico de 1990, o Brasil possui em sua maior parte na pauta de importação, a presença de bens industrializados (respectivamente: média tecnologia e alta tecnologia). Interessante notar a evolução da presença de produtos chineses nas importações brasileiras: enquanto em 1990 e 2000 apresentava números inexpressivos, não chegando a 1% em nenhum dos perfis analisados (no primeiro ano analisado, por exemplo, o Brasil importava mais bens de alta tecnologia da América Latina, e no segundo ano, a mesma quantidade), em 2012 encontram-se indicadores mostrando a China como o maior provedor de bens com alta tecnologia agregada para o Brasil (5.5%, superior inclusive a toda a União Europeia, que apresenta porcentagem de 4.7%). Neste mesmo ano, o parceiro asiático é responsável pela maior parte das importações de bens industrializados com baixa tecnologia (dadas as vantagens produtivas chinesas, com mão-de-obra barata e abundante), principalmente devido ao setor têxtil (MDIC). Só apresenta indicadores menores nos bens de tecnologia média e nos baseados em recursos naturais, porém com porcentagens acima de 1% e com prospecções de aumento (excluem-se nessa afirmação os bens primários, que não passam por processo de industrialização). Os gráficos a seguir ilustram como se dá a relação comercial entre Brasil e China.

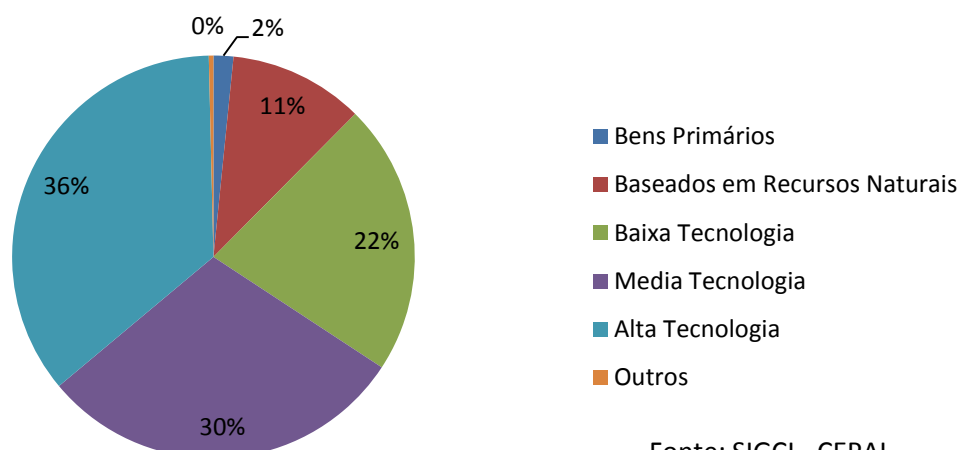
Gráfico 20: Exportação do Brasil para a China - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 2012.



Fonte: SIGCI - CEPAL
Formulação Própria.

Somando-se os bens primários com os bens industrializados baseados em Recursos Naturais, chega-se a soma de 93% em relação ao total que o Brasil exporta para a China. Como veremos no próximo gráfico, a relação é bastante assimétrica, com as manufaturas tecnológicas (média e alta tecnologia) chinesas chegando a 66% do que se importa desse país.

Gráfico 21: Importação da China para o Brasil - Produtos agrupados de acordo com a intensidade de tecnologia (% em relação ao total) - ano 2012.



Fonte: SIGCI - CEPAL
Formulação Própria.

É importante salientar que, ao longo do período analisado, ocorreram transformações cruciais para que China desponta-se como uma grande economia no cenário internacional, e posteriormente como principal parceiro comercial brasileiro, como se registra:

Se debe registrar que las trayectorias distintas de las exportaciones chinas, en comparación con las de Brasil y demás países latinoamericanos se explican decididamente por el contenido y la extensión de las reformas estructurales ocurridas en la economía china desde el final de los años 1970. Lo esencial de aquellas medidas fue fundamentalmente la definición de instrumentos de intervención del Estado para promover las exportaciones chinas rumbo a bienes industriales de alto contenido tecnológico. En los años 1990, las diferencias entre China y la mayoría de los países latinoamericanos se profundizan, pues estos últimos adoptaron políticas neoliberales de inserción en el llamado proceso de globalización. En China, al revés, ese proceso fue reforzado por la ampliación de las inversiones públicas volcadas al mercado interno, por la creación de las *zonas especiales* direccionadas para la promoción del progreso técnico contenido en los productos exportados, y por la expansión de las inversiones públicas en infraestructura (con mayor énfasis en los dos últimos años, 2009 y 2010, después de la desaceleración de la economía mundial en el periodo siguiente a la crisis del subprime) 10 y por el mantenimiento, bajo control del Estado chino, de las empresas estatales consideradas estratégicas para el desarrollo industrial y la obtención estructural de productividad en la agricultura. (Mattos & Carcanholo, 2011).

Destaca-se o fato ainda de, apesar de possuírem como principais bens exportados os com alta tecnologia agregada (34.55% em 2009), China possui como principais itens importados também os bens com alta tecnologia agregada (31.90% para o mesmo ano), mostrando a complexidade de que é a estrutura produtiva chinesa.³⁸ (Mattos & Carcanholo, 2011).

Dessa maneira, a trajetória para que a pauta de comércio exterior brasileira percorreu, é semelhante nos demais países latino-americanos, com a inserção dos produtos chineses e asiáticos nesses mercados. Com o Brasil tendo como um importante mercado de exportação o Latino americano (em 2012, 9.5% das exportações de bens de alta tecnologia e 1.4 de bens de tecnologia média foram para a América Latina, os maiores indicadores), principalmente para produtos manufaturados, com a inserção chinesa (que possui grandes vantagens produtivas em relação ao Brasil) em tal mercado, encontra o Brasil concorrência e competição, prejudicando assim sua agenda de exportação. (Idem, 2011). Assim colocado, pode-se chegar a conclusões de a relação sino-brasileira atualmente define-se como muito mais competitiva do que cooperativa (Oliveira, 2010), ainda mais ao expor o setor industrial brasileiro ao chinês, saindo claramente prejudicado dado seu pouco perfil competitivo.

³⁸ Muito das importações realizadas pela China provem de parceiros asiáticos, dos quais compram-se produtos industrializados com pouca tecnologia e/ou peças, e realiza-se em solo chinês o processo de montagem e agregação de valor/tecnologia.

O cenário agrava-se ao analisarmos os setores os quais o Brasil recebe Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (US\$ 52,6 bilhões em 2010, sendo 0,75% provindo da China), dado a importância que esses possuem para um país³⁹:

Em termos de participação setorial de IDE verificou-se um aumento das atividades agropecuárias e extrativismo mineral (extração de minerais metálicos e de petróleo) e dos segmentos industriais voltados à produção de produtos químicos, petroquímicos e refino de petróleo, ao passo que o setor de serviços vem perdendo participação. (Ipea, 2011)

Logo, os investimentos externos realizados no Brasil vêm no intuito de mantê-lo como produtor de bens primários seja de origem mineral ou agropecuária. Dessa maneira, é natural que esses setores que recebam maiores investimentos se desenvolvam mais e se tornem mais produtivos, com a consequente precarização do setor industrial. O IDE recebido da China não apresenta situação distinta, com setor do agronegócio recebendo grandes quantias de investimento (Idem, 2011).

Com todas essas informações e dados apresentados, fica evidente que ao longo prazo a dinâmica da relação Brasil-China apresentam ameaças como:

“...perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China, desadensamento da estrutura produtiva nacional, perda do controle estratégico sobre fontes de energia – petróleo – e de recursos naturais – terras e minas – e aumento da vulnerabilidade externa estrutural.” (Ipea, 2011)

Além disso, como já destacado anteriormente, a

“ampliação da corrente do comércio entre a China e o Brasil veio acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre o parque industrial brasileiro. O “efeito China” tem gerado (i) a especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação –; (ii) um significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; (iii) uma perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude das exportações chinesas. A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial...” (Idem, 2011).

Dado o cenário apresentado, é do interesse da China e dos demais países desenvolvidos que o Brasil mantenha o seu perfil de produtor de bens primários, para que continue a abastecer os parques industriais desses países e suas populações, fornecendo bens como minério de ferro, petróleo, soja, açúcar, café e carne (de frango e bovina) – principais

³⁹ “... o capital estrangeiro desempenha papel crucial na nova fase de expansão: financia o crescimento e os desequilíbrios externos transitórios, participa ativamente na reestruturação industrial, fornecendo recursos tecnológicos para a modernização organizacional e produtiva, e garante acesso a canais de comércio internacional. Dessa forma, a intensificação da internacionalização produtiva é uma dimensão importante da remoção dos obstáculos ao crescimento sustentado. A concentração e a desnacionalização associadas à ruptura do tripé (empresa nacional, empresa estrangeira e empresa estatal) são processos necessários, embora dolorosos, para a construção das bases para a retomada do crescimento sustentado.” (Laplani & Sarti, 1997).

itens exportados pelo país (Análise Brasil Global, 2013). E que mantenha seu setor industrial pouco desenvolvido, continuando assim importando bens industrializados com maior tecnologia incorporada.

3.2 MECANISMOS DE AÇÃO

Com efeito, diante da nova hipótese, cabe agora destacar instrumentos de ação para que possa o Brasil aproveitar as oportunidades e combater as ameaças que possui em seu desenvolvimento econômico.

Em artigo escrito por Peter Drucker⁴⁰, intitulado “*The Changed World Economy*” (1986), tem-se uma das primeiras constatações dos efeitos da globalização sobre a economia mundial. Com tal obra, entende-se que partir do fenômeno da globalização (principalmente após os anos 1990), não existe mais separação entre a macroeconomia de um Estado com a macroeconomia do Sistema Internacional. Além disso, ocorre o processo de dissociação do valor do produto da quantidade de matéria prima, a desconexão da produção industrial do trabalho industrial e a dissociação entre comércio e finanças no cenário global (Drucker, 1986).

Dada tal contextualização, Drucker traça dois passos necessários para que um país tenha desenvolvimento econômico no atual cenário, começando por (a) desvincular sua pauta de exportação e cadeia produtiva de *commodities* e bens primários – logo, os produtos com baixo valor agregado e pouca tecnologia aplicada – e, (b) mudando a estrutura de trabalho nacional, mobilizando a mão-de-obra do setor industrial e empregando-a no setor de serviços – tido como o setor da alta empregabilidade, muito devido às novas dinâmicas existentes nas indústrias, com forte presença de tecnologia e produção por máquinas e diminuição de mão-de-obra humana. (Idem. 1986).

Tal artigo, escrito à época da década de 1980, continua sendo pertinente contemporaneamente: torna-se claro que países essencialmente produtores de bens primários e com pátios industriais extremamente especializados nesse tipo de produção acabam por se tornar dependentes de economias capitalistas produtoras de bens tecnológicos. Além disso, fatores de risco como a dependência de que esses países consumam os bens primários exportados (caso se fechem, as alternativas de exportação brasileira fora esse item são obsoletas) e a exposição às mudanças do dólar-flexível no mercado internacional tornam essas

⁴⁰ Tido como um dos principais estudiosos dos efeitos da globalização na economia mundial e empresarial.

economias ainda mais vulneráveis, reforçando seu papel na atual Divisão Internacional do Trabalho.

Dessa forma, reforça-se a ideia já colocada de ser fundamental a presença do Estado diante de tal exposição, realizando-se a chamada “diplomacia da inovação” (Cruz Júnior, 2011), com presença estratégica do Ministério das Relações Exteriores como instrumento de fomento à inovação, afinal, “a transferência de tecnologia pode ser considerada como a atividade central de um sistema de inovação” (Carlsson et al., p. 234, 2002)⁴¹. Assim, tal ministério agiria constantemente no sentido de estabelecer parcerias estratégicas na área da Ciência, Tecnologia e Inovação, buscaria a capacitação de profissionais brasileiros no âmbito acadêmico - civil e militar - em centros de excelência internacionais, realizaria projetos para aquisição de tecnologias estrangeiras e para assimilação das mesmas na sociedade brasileira e atuaria em conjunto com demais órgãos competentes brasileiros⁴² (com participação efetiva em eventos e reuniões), fazendo parte efetivamente do sistema nacional brasileiro – algo que, ao menos na esfera BRICS, não tem sido feito.

Há a necessidade também de compreensão de outro aspecto da economia mundial em geral e da formação dos sistemas nacionais de inovação em específico: os Estados centrais, principalmente o hegemônico, EUA, estão constantemente investindo em P&D, C, T & I, e determinando novas variáveis que determinam o que é o desenvolvimento nesse setor. Dessa maneira, sempre se mantem como Estados centrais e desenvolvidos, pois essas novas variáveis (notadamente a *big science* – engenharias, física, biotecnologia, nanotecnologia e as TICs) são caracterizadas por grandes investimentos financeiros (capital financeiro não importa aqui, dado os grandes dispêndios convertidos), principalmente no setor da defesa. (Vieira & Ferreira, 2013). Logo, o fomento e incentivo ao desenvolvimento em tal setor, construindo o complexo militar-industrial-acadêmico – claramente a estratégia estadunidense (Idem, 2013) seria uma das alternativas de ação para o Brasil.

Para efeitos de conclusão, seguem práticas postuladas por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) diante da relação assimétrica sino-brasileira que vem se consolidando:

Algumas estratégias disponíveis ao governo brasileiro para enfrentar os desafios da ampliação das relações com a China são:

⁴¹ Tal afirmação é delicada de ser realizada, pois consideramos ser esse um setor estratégico de um Estado ou empresa, e como trabalhado no capítulo dois, informação é tida como instrumento de poder, sendo assim, a transferência de uma tecnologia ou de um conhecimento poderia não ser o melhor instrumento de consolidação do Sistema Nacional de Inovação.

⁴² A exemplo do MCT, MDIC, Agencia Brasileira de Cooperação, CNPq, entre outros.

- 1) Utilizar mais ativamente os instrumentos disponíveis de defesa comercial no âmbito da OMC (antidumping, medidas compensatórias, salvaguardas);
- 2) Negociar com o governo chinês o estabelecimento de condições isonômicas para entrada de operação das empresas brasileiras na China;
- 3) Avançar nos instrumentos de regulamentação, regulação e fiscalização da compra de terras e de recursos naturais pelos chineses, adequando esses investimentos às estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional da economia brasileira;
- 4) Criar instrumentos de regulamentação e regulação do IDE em função das prioridades da política industrial:
 - Para os segmentos do agronegócio, do minério e aço e do petróleo é preciso desenvolver instrumentos para que se busque agregar valor na cadeia de produção no território nacional. As empresas chinesas que operam no Brasil no segmento do agronegócio, por exemplo, não podem exportar apenas soja em grãos, mas devem contribuir para a exportação dos produtos industrializados dessa cadeia produtiva;
 - Para a manufatura (automóveis, eletroeletrônica, motocicletas e equipamentos) faz-se necessário requerer um maior conteúdo local (firmas brasileiras) na produção de peças e componentes, sob o risco de se promover um tipo de fragmentação da produção que não traz externalidades positivas sobre outros setores/atividades e mesmo sobre a articulação produtiva das regiões brasileiras.
- 5) Configurar instrumentos institucionais que possibilitem uma gestão da política cambial e monetária adequada a uma visão de longo prazo de crescimento com estabilidade de preços. Endurecendo a crítica e os instrumentos de defesa contra os efeitos deletérios da guerra cambial entre China e Estados Unidos (desvalorização do dólar em relação às outras moedas, com a exceção chinesa que adota uma estratégia reativa de atrelamento de sua moeda ao dólar) para as contas externas brasileiras;
- 6) Aprofundar a industrialização brasileira por meio da ampliação das fontes de financiamento de setores estratégicos para o desenvolvimento de atividades indutoras de mudanças e de difusão da inovação tecnológica;
- 7) Ampliar a cooperação tecnológica com a China no campo aeroespacial e na área de energia limpa, criando projetos específicos que permitam a transferência de tecnologia chinesa assim como realizado pelo projeto sino-brasileiro CEBRS (desenvolvimento de satélites de observação da Terra).
- 8) Criar mecanismos que acelerem a complementaridade produtiva e integração da infraestrutura sul-americana e aprofundem as instituições regionais, especialmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-americanas (Unasul). Assim como fez a política chinesa com o Leste Asiático, a integração produtiva deve estar associada a mecanismos garantidores da presença brasileira no subcontinente com aumentos de produtividade e redução das assimetrias entre os países. (IPEA, 2011).

A projeção que se pode chegar diante de todas as evidências expostas e hipóteses apresentadas são de que nos próximos 30 a 40 anos o Brasil irá continuar na condição de semiperiférico (Vieira & Ferreira, 2013), devido as necessidades de transformações estruturais e sistêmicas que devem ser implementadas, as quais dificilmente são/serão, pois, como antes também colocado, a partidarização da política externa brasileira (bem como toda a política de âmbito nacional) faz com que governos atuem no sentido de formulação de políticas de curto prazo (apenas cobrindo seus mandatos), deixando de lado políticas de longo prazo/políticas de Estado⁴³.

⁴³ Fato o qual pode servir de explicação sobre o porquê o Estado brasileiro não se preocupa com os danos que a relação sino-brasileira virá a surtir no longo prazo para a economia nacional.

Encerramos o capítulo colocando novas provocações e perguntas de pesquisa: porque não se incentiva mais iniciativas como a Zona Franca de Manaus? Ou institucionalizam-se mais Zonas Especiais de Exportação?⁴⁴ Porque, afinal, o Brasil não investe nas tecnologias atuais que pautal a sua condição econômica diante o sistema internacional? Questão de interesses ou não, sairá claramente prejudicado.

⁴⁴ Ações realizadas pelo Estado chinês que lograram em sucesso (Mattos & Calcanhoto, 2012).

CONCLUSÕES

Ao longo de todo o trabalho, a área da economia política é trabalhada no geral e, em certos momentos, com focos específicos, passando pela área da cooperação internacional, da economia da inovação e nos debates sobre dependência economia e transformações na estrutura mundial (enfaticamente transformações econômicas, mas que acabam por perpassar na política e sociologia dos países).

É possível destacar algumas conclusões importantes que se chega nesse trabalho, ao passo que novas hipóteses e possibilidades de pesquisa surgem. A noção de cooperação internacional no âmbito Sul-Sul apresenta-se hoje como uma estratégia racional relevante e eficiente para os países tidos como *emergentes*, de tal maneira que o liberal-institucionalismo se mostra hoje como a melhor corrente teórica para se explicar tal ação Estatal. Assim colocado, o Brasil atuando no cenário internacional pela plataforma BRICS possui um número suficiente de variáveis para que legitime tal escolha – todos os BRICS, em variados graus, impactam nas agendas internacionais atuais. Logo, analisar possibilidades e limitações de atuação brasileira via tal agrupamento mostra-se instrumento eficaz na atual conjuntura.

Para além dos indicadores econômicos gerais, entra em pauta uma área sensível das economias: os sistemas nacionais de inovação - entendidos como uma complexa de agentes econômicos nacionais, envolvendo desde instituições de ensino e pesquisa, até grandes centros de produção industriais, passando pelas instituições financeiras e estatais – e a importância da economia da inovação. Através de uma abordagem teórica *schumpeteriana* e de análise de dados quantitativos, conclui-se que devido a pouca presença de capital investido na área de pesquisa e desenvolvimento – principalmente de capitais privados, pouca diplomacia de cooperação científico-tecnológica no âmbito dos BRICS e diminuição no número de acordos firmados por esses países nessa esfera, têm-se um Brasil “atrasado” em relação ao mundo e que faz pouco uso efetivo da estratégia BRICS.

Coloca-se assim, o conceito do Estado-empresário, com o Estado responsável de realizar o esforço necessário da inovação (típico dos empresários) para que se entre em um ciclo de desenvolvimento econômico – tudo pautado nas atuais variáveis tecnológicas: tecnologias de informação e comunicação, nanotecnologia, biotecnologia, etc. Dessa forma, investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação e Pesquisa & Desenvolvimento, além de ações⁴⁵ como isenção fiscal para empresas nacionais, redução da carga tributária a essas,

⁴⁵ Essas não mencionadas ao longo do trabalho, porém de grande importância.

redução da taxa sobre a energia elétrica, fomento à indústria de alta tecnologia, entre outras, tornam-se essenciais e fundamentais para que o país busque o pleno desenvolvimento econômico.

Porém, com a prática de se trabalhar na perspectiva Brasil – BRICS, notou-se a disparidade econômica destoante entre China e os demais BRICS (com variações entre tais disparidades), e após extensa análise quantitativa da matéria, apresenta-se a hipótese de que a relação Brasil – China (muito da qual fomentada pela iniciativa do agrupamento) vem consolidando-se de maneira assimétrica, onde se começa a confirmar a dependência brasileira pelos bens industrializados de média e alta tecnologia chineses. A análise extrapola o objeto proposto, colocando em pauta a tese da *reprimarização* produtiva brasileira, com notável crescente presença de bens primários (mais de 40% em 2012, dobrando em porcentagem em relação há uma década passada) na cadeia produtiva e de exportação nacional, além de perda considerável em mercados como a América Latina para a exportação de produtos com maior tecnologia agregada. Logo, a relação sino-brasileira mostra-se muito mais competitiva do que cooperativa, conflitando-se com a natureza de ação proposta no início do trabalho, e mostrando-se prejudicial ao médio-longo prazo para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Em suma, com os resultados finais que se apresenta no trabalho, a estratégia da cooperação Sul-Sul realizado pelo Brasil confirma-se no espaço de atuação BRICS, porém torna-se inoperável quando confrontada com a busca pelo desenvolvimento tecnológico-econômico brasileiro – devido a não atuação diplomática/Estatal brasileira e pelo caráter competitivo que o Brasil vem desenvolvendo diante da relação com o principal membro no quesito econômico dos BRICS: a China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. *Revista de Economia Política*, vol. 16, n° 3 (63), julho-setembro/96.
- ALMEIDA, Fernando Galvão de; SILVA, Salomão Quadros da. **Consideração sobre o Estado empresário, Lei de Concessões e reformas constitucionais no Brasil.** *Revista de Administração Pública*. Set/Out. 1996.
- ALMEIDA, Paulo R. **Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)** *Rev. bras. Polít. int.* vol.49no.1BrasíliaJan./June, 2006.
- AMORIM, Celso. **Os BRICs e a reorganização do mundo.** Folha de S. Paulo, 8 jun. 2008.
- ANÁLISE BRASIL GLOBAL, 8ª Edição. São Paulo: Análise Editorial, 2013.
- ANDELINOVIC, Debora. **A cooperação para o desenvolvimento promovida pelos BRICS num contexto de mudança na ordem internacional.** Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2013.
- AROCENA, Rodrigo; SUTZ, Judith. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. In: *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento / Organização Helena M. M. Lastres, José E. Cassiolato e Ana Arroio.* – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____. & SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.* Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- BARBÉ, Esther **MULTILATERALISMO: ADAPTACIÓN A UN MUNDO CON POTENCIAS EMERGENTES** *REDI, vol. LXII (2010), 2*
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Mercosul e os interesses do Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 8, n. 21, Aug. 1994. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 14 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200006>.
- BAUMANN, Renato (org.): *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política.* Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/IPEA, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil.** In: *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social / organizadores João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renaut Michel.* – Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

- BRICS MONITOR. **A inclusão da África do Sul nos BRICS: uma perspectiva política.** Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral. BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS. Dezembro de 2011.
- BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. **A história da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century.** Cambridge: Polity Press, 2004
- CASSIOLATO, J. E. et al. Estudo comparativo dos sistemas nacionais de inovação no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). RedeSist, 23 de janeiro de 2007 (segunda versão).
- CASSIOLATO, J. E. et al. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global.** In: Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento / Organização Helena M. M. Lastres, José E. Cassiolato e Ana Arroio. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- CASSIOLATO, J. E. et al. Sistemas nacionais de inovação e política industrial e tecnológica: uma comparação para os RICS. Research Paper 25/07. Disponível em: <<http://brics.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 06 de Agosto 2013.
- CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. M. **Prefácio.** In: Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento / Organização Helena M. M. Lastres, José E. Cassiolato e Ana Arroio. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- CASSIOLATO, J.E. & RAPINI, M. S. Financiamento da inovação: uma análise preliminar comparativa para a Rússia, Índia, China e África do Sul. Research Paper 23/07. Disponível em: <<http://brics.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 06 de Agosto 2013.
- CERVO, A. L. . Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. v. 1. 238 p.
- CGEE. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (Coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. (et. al.). Uma nova fase do capitalismo?. São Paulo: Xamã, 2003.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo , v. 15, n. 41, Apr. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>.
- COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIAO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE ECATERIMBURGO, RÚSSIA..., 2009.
- COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE BRASÍLIA, BRASIL..., 2010.

- COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIAO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE SANYA, CHINA..., 2011.
- COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIÃO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE NOVA DELHI, ÍNDIA..., 2012.
- COMUNICADO DOS BRICS POR OCASIAO DO ENCONTRO DE CÚPULA DE DURBAN, ÁFRICA DO SUL..., 2013.
- CRUZ JÚNIOR, Aldemar Seabra da. **Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido** / Aldemar Seabra da Cruz Júnior. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- DINIZ, Eli; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?** Submetido à *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Setembro, 2007.
- DOS SANTOS, T. "Structures of Dependence". *The American Economic Review*, New York, p. 231-236, 1970.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FUNAG. **Mesa-redonda: o Brasil, os BRICS e a agenda internacional** / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília: FUNAG, 2012.
- GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. **Definindo BRICS: a recategorização do "internacional" e o questionamento do "global", para além do "revisonismo" e do "reformismo"**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, São Paulo. Available in: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100042&lng=en&nrm=abn>. Access on: 06 Aug. 2013.
- GOLDMAN SACHS, **BRICS and beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. 2007.
- GUIMARÃES, Samuel P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HURREL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?** In: Os Brics e a ordem global / Andrew Hurrel...[et al.]. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- IKENBERRY, G. John - **Liberal Order and Imperial Ambition - Essays on American Power and World Politics**. Cambridge: Polity Press, 2006.
- IKENBERRY, John G.; WRIGHT, Thomas. **Rising Powers and Global Institutions**. The Century Foundation: New York, 2008.
- INIS L. Claude Jr. *Swords Into Plowshares. The Problems and Progress of International Organization*. Random House, N.Y. 1963 (2nd Ed.)
- IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Rússia, Índia e China: comércio exterior e investimento direto externo**. Brasília: Comunicados IPEA, Abr. 2010.
- IPEA. **Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. – n.1, (jan./mar. 2010 –). – Brasília: Ipea. Dinte, 2010.

- IPEA. **Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. – n.9, (jan./mar. 2012 –). – Brasília: Ipea. Dinte, 2012.
- IPEA. Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. – n.9, (jan./mar. 2012 –). – Brasília: Ipea. Dinte, 2012
- IPEA. Comunicado do IPEA n° 85. **As relações bilaterais Brasil – China, a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. – Brasília: Ipea. 08 de Abril de 2011.
- KEOHANE, R. **Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics**. In: *International Organizational*, vol. 23, n° 2, primavera, 1969.
- KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy*. Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa M. **The promise of institutionalist theory**. *International Security*, v. 20, n. 1, 1995, p. 39-51
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Poder e interdependencia. La política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.
- LASTRES & ALBAGLI. **Informação e globalização na era do conhecimento** / Helena M. M. Lastres, Sarita Albagli (organizadoras). — Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LIMA & HIRST, 2006 LIMA, M. R. S. ; HIRST, M. . **Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities**. *International Affairs*, Chatam House, Londres, v. 82, n. no. 1, p. 21-40, 2006.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. no. 1, p. 24-59, 2005.
- LIMA, Maria Regina Soares. **A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise**. *CONTEXTO INTERNACIONAL*, v. 6, n. 12, p. 7-28, 1990.
- LIMA, Maria Regina Soares. **Brasil e Polos Emergentes do Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul**. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs. Comércio e Política*. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.
- LINS, M.A.D.T. **Transformações no sistema financeiro internacional no pós Guerra Fria**. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. 2009, p. 167-179, 2009.
- LINS, M.A.D.T. **Uma 'nova' arquitetura financeira internacional: pontos em debate e o espaço dos países emergentes**. In: Roberto Fendt; Maria Antonieta Del Tedesco Lins. (Org.). *Arquitetura assimétrica: o espaço dos países emergentes e o sistema financeiro internacional*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2002, v. , p. 11-21.
- MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **Globalizadores Do Século XXI: Países Emergentes E A Globalização Sul-Sul**. *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 | Out.Nov 2011

- MARTINS, Luciano. "A condição de 'país emergente' no contexto das transformações globais". X Fórum Nacional, Rio de Janeiro, 11 maio 1998
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Amenazas y oportunidades del comercio brasileño con China Lecciones para Brasil*. *Revista Problemas del Desarrollo*, 168 (43), enero-marzo 2012.
- MEARSHEIMER, John J. **The false promise of international institutions**. *International Security*, v. 19, n. 3, 1995, p. 5-49.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.
- MIRANDA, J.C.; TAVARES, M. da C. **Brasil: estratégias da conglomeração**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. "O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior". Texto para o seminário sobre "A política exterior do Brasil em sua própria visão e na dos parceiros". Consulado-Geral do Brasil em Munique, 7 de novembro de 2008
- MOREIRA Jr, Hermes. **A plurilateralização da política externa brasileira e os desafios impostos pelo multilateralismo pragmático**. *Meridiano 47 (UnB)*, v. 14, p. 03-09, 2013.
- MOTA, Ronaldo. **O Brasil, os BRICS e o cenário de inovação**. Mesa-redonda : o Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília: FUNAG, 2012.
- NARDIN, Terry. **Lei, moralidade e as relações entre os estados**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987
- NORONHA, Durval de Goyos. **A ordem política mundial e os novos protagonistas nas relações internacionais**. In: POSSAS, Lúcia; SALA, J. Blanes (orgs). *Novos atores e relações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2013.
- PAUTASSO, Diego. 2011. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p. 48-62, out.-nov.
- PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 51, No. 2, p. 136-153, 2008.
- PROJETO PIB. **Relatório final do estudo transversal "Perspectivas da Política Industrial nos BRICS", integrante da pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil"**,

realizada por Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, em 2008/2009.

PROJETO POLÍTICA BRASILEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: **A Lei de Inovação e o Sistema Nacional de C & T & I**. Nota Técnica Final. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2007.

SANTOS, Josenito Oliveira. **Inovação e desenvolvimento: uma abordagem sobre o papel recente dos Estados no Sistema Nacional de Inovação no Brasil** / Josenito Oliveira Santos. – São Cristóvão, 2010. xvi 114 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. José Flávio Sombra Saraiva (org). Editora Saraiva. São Paulo:2007.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – *R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar., 2010*

SCHUMPETER, Joseph A. (1934), 1883 – 1950. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico** / Joseph A. Schumpeter; Tradução de Maria Sílvia Possas. – 3.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHUMPETER, Joseph A. (1942). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SICSÚ, João, et al. **Por que Novo-desenvolvimentismo?** In: Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social / organizadores João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renaut Michel. – Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979** / Heloisa Conceição Machado da Silva. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOARES, Patrícia Leite. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p.

SOUZA, A. **A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa** (mimeo). Rio de Janeiro: CEBRI. 2002.

STEIN, Arthur A. **Why nations cooperate: circumstances and choice in International Relations**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

VELASCO e Cruz, Sebastião; SENNES, Ricardo U. **O Brasil no Mundo: Conjecturas e Cenários**. São Paulo, USP: Revista Estudos Avançados, Vol 20, No. 56, 2006.

VIEIRA, P. A.; FERREIRA, Luiz Mateus da Silva . **A Inserção do Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista**. In: Vieira, Rosângela de L.. (Org.). Brasil, China e Estados Unidos na Economia Política do

Sistema-Mundo Capitalista. 1a.ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, v. , p. 181-208.

VIGEVANI, Tullo. **Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional.** LUA NOVA N° 46, 1999

VIZENTINI, Paulo F. **O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade.** In: VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne (org.). Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the State and War: a theoretical analysis.* New York: Columbia University Press, 1959.